

**ARTIGO 43º DA LEI 50/2012
DE 31 DE AGOSTO**

CONTRATO DE SOCIEDADE

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável ao sector empresarial local.
2. A sede social é em Taguspark, Edifício Ciência II, N.º 11, 3.º Piso B, freguesia de Porto Salvo, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação de delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de deliberação no país ou no estrangeiro.
3. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
2. A sociedade pode participar em outras sociedades e associar-se em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou em consórcios.

3. A Sociedade pode celebrar com os seus accionistas contratos-programa definindo pormenorizadamente o seu objecto e missão, bem como as funções de desenvolvimento económico local e regional a desempenhar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E OITO EUROS E SESSENTA E SETE CÊNTIMOS, subscrito e realizado em dinheiro e em espécie.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é representado por seiscentas e quarenta e oito mil e seiscentas e trinta e três acções, no valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções.
2. As acções podem revestir forma escritural, quer na sua emissão, quer por conversão.
3. As acções serão assinadas por dois administradores, por chancela ou reprodução, por meios mecânicos ou informáticos.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, por simples deliberação do conselho de administração, com observância das normas legais aplicáveis.

ARTIGO 6.º

1. A transmissão de acções está subordinada ao consentimento da sociedade, sendo a sua concessão ou recusa competência do Conselho de Administração, com excepção do disposto no número quatro do presente artigo.
2. Em segunda linha a transmissão de acções da sociedade está subordinada a um direito de preferência do município que sobre ela detenha influência dominante.
3. A recusa do consentimento pelo Conselho de Administração, pode ser fundamentada em qualquer interesse relevante para a sociedade, sendo obrigatória no caso de o proposto adquirente ser pessoa, singular ou colectiva, de direito privado.
4. O Conselho de Administração pode optar por remeter a decisão sobre o consentimento à Assembleia-geral, que poderá decidir prestar o consentimento da Sociedade para a aquisição de acções por entidade de direito privado.
5. O prazo para a Assembleia-geral, para o Conselho de Administração da sociedade e para o município que sobre ele exerça influência dominante se pronunciarem sobre o pedido

de consentimento é de sessenta dias, sendo livre a transmissão das acções transcorrido esse prazo sem que estes se pronunciem.

6. A comunicação de preferência deve ser feita nos termos da lei civil, incluindo todos os elementos do negócio a preferir.
7. A venda feita em violação do disposto no presente artigo não é eficaz face à Sociedade e aos seus accionistas, sem prejuízo do direito da Sociedade ou do accionista que detenha uma participação dominante nesta, em intentar uma acção de preferência nos termos legais.
8. No caso de recusa de consentimento da Sociedade e de não exercício do direito de preferência por parte do município que sobre ela exerça influência dominante, a sociedade obriga-se a adquirir ou a fazer adquirir as acções nas condições de preço e pagamento que fundamentarem o pedido de consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a Sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

Os órgãos sociais são a assembleia-geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2. A cada grupo de duzentas e uma acções correspondente a um voto.
3. Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia-geral, nos termos da lei.
4. A aquisição, alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis necessita de deliberação da assembleia-geral com votos favoráveis da totalidade dos accionistas.
5. Mediante autorização da Assembleia-geral, expressa por maioria simples, a sociedade pode associar-se, pela forma que entender mais conveniente a quaisquer entidades colectivas de natureza associativa.

ARTIGO 9.º

1. A mesa da assembleia-geral será constituída por um presidente e um secretário, eleitos por um período de quatro anos, sendo reelegíveis por uma ou mais vezes.

2. A convocatória da Assembleia-geral deve ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, mediante carta registada enviada a todos os accionistas, com a antecedência mínima de vinte e um dias.

ARTIGO 10.º

1. A administração da sociedade compete a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos de três em três anos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos por um máximo de três vezes.
2. A assembleia-geral designará de entre os membros do conselho de administração um presidente, o qual terá voto de qualidade.
3. A assembleia-geral deliberará sobre a caução a prestar pelos administradores, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º

1. O conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores delegados.
2. Para a prática de actos ou categorias de actos determinados, o conselho de administração pode nomear um ou mais mandatários da sociedade.
3. Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade e a realização de todos os actos e operações relativos à execução do objecto social.
4. Os membros do Conselho de Administração celebrarão com a Sociedade, no início de cada mandato, um contrato de gestão na acepção do Decreto-lei 71/2007 de 27 de Março, definindo os objectivos e os parâmetros de avaliação do mesmo.

ARTIGO 12.º

1. O conselho de administração reunirá sempre que convocado nos termos da lei.
2. O conselho de administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.
3. Os administradores podem votar por escrito e bem assim fazer-se representar por outro administrador nas reuniões do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1. A sociedade obriga-se:
 - a. Pela assinatura do presidente do conselho de administração;

- b. Pela assinatura de um administrador-delegado nos termos e limites dos poderes que lhe tenham sido delegados;
 - c. Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.
2. Os actos e documentos de mero expediente poderão ser praticados ou assinados por um administrador.

ARTIGO 14.º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um fiscal único eleito em assembleia-geral.
2. O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
3. O mandato do fiscal único é de três anos e é renovável.

ARTIGO 15.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 16.º

Os lucros líquidos apurados no balanço anual da sociedade terão a aplicação que a assembleia-geral determinar, deduzidas as verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva, podendo não ser distribuídos.

ARTIGO 17.º

Os administradores ficam desde já autorizados, nos termos da alínea b) do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento dos montantes depositados para fazer face às despesas da Sociedade ou outras que se mostrem necessárias ao seu bom funcionamento.

ARTIGO 18.º

A alteração do contrato de sociedade, quer por modificação, supressão ou aditamento de algumas cláusulas só pode ser deliberada por uma maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 19.º

1. A dissolução da sociedade só pode ocorrer nos casos e nos termos da lei.

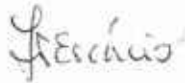
2. A deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 20.º

A liquidação da sociedade será feita por uma comissão liquidatária, cujos membros podem ser administradores, designados pela assembleia-geral nos termos da lei.

Lisboa, 08 de Junho de 2015

A Advogada-Estagiária,



C.P. n.º 36454L

INÊS ESCÓRCIO

ADVOGADA-ESTAGIÁRIA - CP 36454 L
NIF 254 565 778 - SF 1503 Cascale - 1
CORREIA, BRAZ & ASSOCIADOS - SOC. ADV., RL
Rua Artilharia Um, Emp. Nova Amoreiras, 71 - 77
Lote 7, Piso 3, Fração 10 - 1250-038 LISBOA
Telef: 212 409 901 - Fax: 212 240 9532

Lista de acionistas a 31-12-2019

Acionistas	Número de ações	Valor da participação €	% da participação
Município de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%
Município de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%
Município de Maia	30.100	150.199,00	4,64%
Município da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%
Município de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%
Município de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%
Município de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%
Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%
Município de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%
Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%
Associação para o Des. Baixo Guadiana (ODIANA)	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%
Município do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%
Município da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%
Município da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%
Município de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%
Associação de Mun. Vale Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%
Município de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%
Município de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%
Associação de Mun. Douro Superior (AMDS)	1.002	4.999,98	0,15%
Associação de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%
Município do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%
Município de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%
Município de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%
Município de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%
Município de Arganil	999	4.985,01	0,15%
Município de Barcelos	999	4.985,01	0,15%
Município de Boticas	1998	9.970,02	0,31%
Município de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%
Município de Góis	999	4.985,01	0,15%
Município de Gouveia	999	4.985,01	0,15%
Município da Guarda	999	4.985,01	0,15%
Município de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%
Município de Lamego	999	4.985,01	0,15%
Município de Mangualde	999	4.985,01	0,15%

Lista de acionistas a 31-12-2019

Município de Mourão	999	4.985,01	0,15%
Município de Olhão	999	4.985,01	0,15%
Município de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%
Município de Paredes	999	4.985,01	0,15%
Município de Penacova	999	4.985,01	0,15%
Município de Penamacor	999	4.985,01	0,15%
Município de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%
Município de Portalegre	999	4.985,01	0,15%
Município de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%
Município de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%
Município de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%
Município de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%
Município de Sines	999	4.985,01	0,15%
Município de Trofa	999	4.985,01	0,15%
Município de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%
Município de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%
Totais	648.633	3.236.678,67	100%

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO – Presidente do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Jornalismo, pela Escola Superior de Meios de Comunicação Social

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Presidente do Conselho de Administração da Município (desde 2013)

Adjunto da Vereação IOMAF - CMO - (2010/12)

Consultor de Estratégia na empresa de comunicação YMED (2005-2009)

Diretor Coordenador da Agencia de Notícias LUSA (2003)

Membro da Administração da EPA (European PressPhoto Association" (2002/2003)

Diretor de Informação da Agencia LUSA (2002/2003)

Diretor-Adjunto de Informação da Agencia LUSA (1997/2002)

Chefe da Delegação da LUSA na Assembleia da República (1996/1997)

Chefe da Editoria "País" na LUSA (1994/1996)

Redator e Editor nas Agencias noticiosas NP e ANOP (1979/1984)

Coordenador de Suplementos noticiosos nos jornais "O Globo" e "A Tarde (1981/1982)

Repórter radiofónico na RDP1 e RDP Internacional (1980)

Cofundador de Boletins noticiosos "Africa Confidencial" e "Africa Focus"

Assessor do Presidente da CMO (Isaltino Morais)

Assessor do Secretário de Estado da Juventude e Desportos (2.º Governo Constitucional)

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

RUI MANOEL DA GRAÇA COIAS – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

12.º ano;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Procurador Seamaster Shipping Agency Inc

Procurador RMC Shipping Company Limited

Presidente do Conselho de Administração da Contramar – Companhia de Transportes Marítimos, S.A.

Sócio Gerente da Seamaster-Agentes de Navegação Lda

Empresário-Armador da Marinha Marcante

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

JOÃO PEDRO TEIXEIRA BRITO DA SILVA – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós Graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais – ISLA Vila Nova de Gaia.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados em 1985, atualmente com inscrição suspensa a seu pedido.
Técnico Superior Jurista na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.
Assessor e Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
Chefe do Contencioso da Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, S.A.
Consultor Jurídico do Conselho da Administração do Porto de Lisboa.
Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.
Assessor Jurídico do Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.
Assessor e Assessor Principal do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República.
Assessor Jurídico do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
Consultor Jurídico da Câmara Municipal da Trofa.
Assessor Jurista do Conselho de Administração da Águas de Gaia, S.A.
Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
Vice-Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural de Belém, SGIL, S.A.
Vice-Presidente da Assembleia Geral da Dragapor, S.A.
Secretário da Mesa de Assembleia Geral da Gaiapolis, S.A.
Administrador (não executivo) da Muncípia, S.A.
Administrador (não executivo) da Trofáguas, E.M.
Administrador (não executivo) do Parque Biológico, E.M.
Administrador (não executivo) da Gaiurb, E.M.
Administrador (não executivo) da Águas e Parque Biológico de Gaia, E.E.M.

Informação sobre identidade e montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais:

c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva

d) Remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada membro dos órgãos sociais;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo – auferir mensalmente a remuneração de 2.900,16 € mais despesas de representação no valor de 580,03 €;
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;

e) Número de trabalhadores desagregado segundo a modalidade de vinculação a 31/12/2019;

38 Trabalhadores dos quais:

- 23 contratos s/ termo;
- 2 contratos de cedência de interesse público;
- 10 contratos a termo certo;
- 3 contratos a termo incerto.

PLANO DE ATIVIDADES

E

ORÇAMENTO 2020



localização e valor!

R A 2020

R A 2020

ÍNDICE	Pág.
1 - ORGÃOS SOCIAIS	2
2 - INTRODUÇÃO	3
3 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO	8
3.1 - DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO	8
3.2 - DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS	8
3.3 - DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS	8
3.4 - DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL	10
4 - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020	18
5 - PLANO DE INVESTIMENTOS	24
6 - PLANO DE FORMAÇÃO	25
7 - ORÇAMENTO PARA 2020	26
8 - ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2020	28
9 - ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2020, 2021 E 2022	30

1 - ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos	Presidente da Mesa
Dr. Fernando do Nascimento Trigo	Presidente Executivo
Sr. Rui Manoel da Graça Coias	Administrador não executivo
Dr. João Pedro Brito da Silva	Administrador não executivo

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva	Membro Efetivo
Dr. José Joaquim Afonso Diz	Membro Suplente
Diz & Associados, SROC, Lda	SROC nº 118

2 - INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

O presente documento, visa traçar as perspetivas futuras de curto prazo, tendo como ponto de partida os projetos que transitam de anos anteriores.

Para além dos projetos que transitam, há projetos novos, que todos os dias são trabalhados com o intuito de maximizar os recursos existentes e garantir a sustentabilidade da sociedade.

A continuidade dos trabalhos, com Moçambique, permite-nos atingir um rácio de 60% de projetos firmes que transitam para 2020, por oposição a projetos novos, que representam apenas 40% do total do negócio, que para 2020 se cifra em 3.449.699 euros.

No território nacional, espera-se dar continuidade aos projetos com alguma dimensão, nas áreas tradicionais como o Cadastro de Infraestruturas, a execução de projetos relacionados com Voo, Cartografia e projetos de Inteligência Espacial, ao desenvolvimento de novas áreas, como Rede Nacional de Potencial Solar e a Central Nacional de Compras Municipais (Connect®).

Noutras geografias, continuaremos a realizar os projetos contratualizados e na angariação de projetos, capazes de rentabilizar a capacidade instalada, com particular enfoque no território Moçambicano, onde a notoriedade da marca Município é crescente, fruto do sucesso dos projetos em curso e que serão concluídos em 2020.

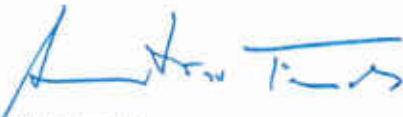
R A 2020

R A 2020

A expectativa de faturação, demonstrada neste documento, permite algum optimismo para 2020, contudo mantém a responsabilidade daqueles, que ano após ano, e já lá vão mais de 20 anos, tem sido capazes de reinventar processos produtivos e encontrar soluções comerciais vencedoras, num mercado altamente competitivo e tecnológico.

Oeiras, 18 de dezembro de 2019

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO

3.1. – DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O plano de atividades para 2020 apresentado dá continuidade ao trabalho que está a ser desenvolvido pela Direcção de Cartografia e Cadastro em Moçambique, que visa a Regularização das Ocupações de Terras na Província de Nampula e também prevê novos projetos neste âmbito e também no âmbito de execução de coberturas aéreas e produção de ortofotomapas. A previsão é que estes novos projetos, poderão ter início ainda em 2020.

Moçambique é sem dúvida um mercado onde a Município está a dar um grande contributo no que respeita ao *know how* e à metodologia utilizada, destacando-se da concorrência. Este trabalho e este modo de atuar tem vindo a ser reconhecido paulatinamente pelo Governo Moçambicano.

Relativamente ao contexto nacional, a Direcção de Cartografia e Cadastro encontra-se a desenvolver trabalhos de produção de cartografia para suporte aos Planos Diretores Municipais e aos Planos de Pormenor. Continuaremos a nossa ação comercial nesta área de modo a fidelizar os nossos clientes e a angariar novos.

No que respeita às coberturas aéreas o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) irá lançar novos concursos para o Continente e Ilhas (Açores e Madeira) e a Município irá participar nestes concursos com o objetivo de garantirmos um serviço de grande qualidade ao cliente, como temos vindo a realizar nos anos anteriores.

3.2. – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



A Direcção de Novos Negócios continuará em 2020 com a missão de identificar novas oportunidades e desenvolver negócios que envolvam a aplicação de Tecnologias de Informação Geográfica.

O quadro de financiamentos disponíveis em matéria de turismo, alterações climáticas e eficiência energética continuarão a ser trabalhados, em modelos de parceria em que a inteligência espacial traga valor, tanto localmente, como no contexto europeu.

A tendência de crescimento nos serviços maduros geridos por esta Direcção manter-se-á em 2020.

O serviço de gestão de frotas Cartrack, colocado em regime de exclusividade pela Município para todos os clientes públicos, continuará a ganhar escala e volume de negócios, prevendo-se para 2020 que a cifra ultrapasse as 3500 viaturas monitorizadas.



A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT®, já com 74 Aderentes em 2019, continuará a ganhar tração no decorrer do ano 2020, sendo expectável que atinja as 90 Entidades. A categoria de combustível a granel, com 12 contratos de fornecimento e em crescimento, será a mais impactante nos resultados a curto prazo, seguindo-se os autocarros elétricos a médio prazo, uma categoria lançada no último de semestre de 2019, mas com uma procura intensa por parte dos clientes.

A estratégia de aumento de portfólio vigorará ainda com mais intensidade em 2020, sendo expectável por essa via que mais Entidades da Administração Pública e Setor Empresarial Local vejam as suas necessidades satisfeitas e contratem no contexto desta Central.



A Rede Nacional de Potencial, lançada em Setembro de 2019, conta já com a adesão de Oeiras e será para 2020 um dos projetos bandeira Município, em que, através de comunicação e esforço comercial, se potenciará o efeito de rede desejado.

A plataforma, desenvolvida para este efeito, permite que todos os Municípios façam parte de uma Comunidade que divulga o potencial solar do seu território e o retorno do Investimento esperado pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



O projeto uniquePATHS, candidatado à linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, foi aprovado no final do ano de 2019 e será desenvolvido e implementado ao longo do primeiro semestre de 2020, com um impacto muito relevante para o setor do turismo em Portugal.

A estratégia de promoção das mais recentes inovações tecnológicas, que agregadas à informação geográfica satisfazem necessidades concretas dos cidadãos, continuarão a fazer parte da agenda desta Direcção. Sendo esse o foco na comunicação com a Administração Pública Local, o objetivo é contribuir para a concretização da visão da empresa de "consolidar a posição de parceiro de excelência para todos os setores onde a localização geográfica traz valor".

A estrutura de recursos humanos irá crescer, fazendo face às ações de comunicação e ao desenvolvimento de trabalho comercial no terreno. As competências técnicas continuarão a ser avançadas no suporte das Unidades de Produção da Empresa e da rede de parceiros que, em conjunto, criam oportunidades alinhadas com a missão Município.

3.3. – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

A Direção de Engenharia e Infraestruturas prevê uma faturação para o ano de 2020 de cerca de 474 041 euros repartidos entre contratos já em curso e contratos em fase de adjudicação ou em perspectiva de adjudicação nas áreas de atividades ilustradas na figura 1.



Figura 1- Gráfico resumo do plano de atividades

No âmbito do Cadastro de infraestruturas, destaca-se os projetos não só de cadastro de redes de água e saneamento, como uma atividade de maior peso nesta direção, mas também o início de novos projetos de cadastros que incluem as várias infraestruturas designadas de *utilidades* como redes elétricas, gás, telecomunicações, infraestruturas técnicas (galerias e canal técnico) e combustíveis. Esta aposta, de alargamento do leque de serviços, está relacionado com o incremento de competências técnicas que a Município adquiriu ao longo de 2019. Esta estratégia permitirá ganhar competitividade e entrar em mercados mais rentáveis.

No âmbito de projetos relacionados com serviços de expropriações e serviços a Município prevê manter um volume semelhante ao realizado em 2019, estando estes serviços relacionados essencialmente com contratos ligados a implementação de infraestruturas ligadas às *utilidades* e ferrovia. A Município estará atenta ao evoluir dos investimentos previstos nestes setores essencialmente relacionados com investimento público, trabalhando a sua oferta junto das entidades gestoras e projetistas. A Município nesta área, está capacitada para oferecer de serviços não só de execução do cadastro e estabelecimento de serviços e expropriações, como também na componente de apoio jurídico e regularização administrativa.

Os serviços de consultoria previstos em 2020, incidem essencialmente em estudo e projetos relacionados com a Eficiência Energética em IP na continuidade de serviços que tem vindo a prestar desde 2017, como também na componente da gestão eficiente do recurso água, tendo em curso contratos relacionado com estudos de avaliação das infraestruturas e modelação hidráulica.

O plano de atividades apresentado, foi desenhado tendo por base a evolução do mercado nacional nos segmentos de negócio que esta direção tem como competências nomeadamente na gestão de recursos de água e saneamento e energia.

Uma fatia significativa do plano de atividades incide na execução de contratos já em curso que transitaram de 2019, sendo o principal foco do ano de 2020 o encerramento desses projetos e dos contratos previstos em carteira, consolidando assim os métodos e práticas da equipa técnica onde a Município tem vindo a investir nos últimos dois anos em formação de recursos humanos e aquisição de equipamentos e meios adequados à exigência dos projetos.

3.4. – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O plano de atividades da Direção De Inteligência Espacial (DIE), prevê, para 2020, uma faturação de cerca de 550.000 euros sendo repartido em cerca de 45% de ações em curso e 55% de projetos a iniciar em 2019.

Nas ações em curso, destacam-se os projetos de RDUATS na Província de Namputa, Moçambique, a conclusão dos PMDFCI da AMDS e da Avaliação Preliminar dos Riscos Inundação para DROTA, bem como os projetos de Manutenção e Alojamento da plataforma *munWebGIS*.

No domínio do desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, o ano continuará a ser marcado pela reformulação das aplicações da plataforma *munWebGIS*, com destaque para a sua disponibilização em plataformas móveis e a reestruturação da arquitetura tecnológica que permita uma maior versatilidade na implementação de alterações solicitadas pelos clientes. No ano anterior, esta nova plataforma já foi implementada em Oeiras e no Cadaval, pelo que no próximo ano deverá promover-se esta arquitetura nos clientes onde temos aplicações instaladas e em novas oportunidades.

Estas oportunidades enquadram-se na rubrica "Desenvolvimento" com uma faturação prevista de 100.000 euros.

Na rubrica "Consultoria, Planos, Formação e Detecção Remota" o ano de 2020 tem uma faturação prevista de cerca de 200.000 euros, com destaque para os projetos de Videografia (existe uma oportunidade em Cascais), de Consultoria em Infraestruturas de Dados Espaciais e Manutenção de Bases de Dados Geográficas, baseadas em plataformas *Open Source*, prevendo-se a continuação da consultoria em Oeiras.

Em termos de Detecção Remota, continua igualmente a previsão de rentabilização do conhecimento adquirido em projetos desta natureza, nomeadamente no âmbito agrícola e florestal.

Relativamente aos planos irá ser definida uma estratégia para divulgação das atividades de revisão de PMDFCI e PMEPC que os municípios têm que rever periodicamente, bem como a aposta na elaboração de publicações, existindo desde já uma possibilidade real de elaboração do Atlas de Setúbal.

Quanto à formação, a DIE irá estudar a possibilidade de criação de um curso de conversão de cartografia para o novo modelo da DGT e a sua manipulação através do QGIS.

A DIE continuará a desenvolver aplicações específicas que deem resposta às necessidades das restantes direções, participando em termos de desenvolvimento e consultoria no domínio das soluções técnicas (*hardware, software e comunicações*) a implementar na concretização dos projetos, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas de apoio ao novo modelo cartográfico da DGT baseado em Base de Dados geográfica.

Adicionalmente a DIE irá continuar a centralizar as aquisições em termos de *hardware* e de *software*, excetuando os produtos de índole bastante específica. Deste modo, pretende-se facilitar o controlo das aquisições e manutenções pelas diversas divisões.

Por outro lado, a DIE continuará a garantir diariamente o perfeito funcionamento de toda a Infraestrutura da Município no que diz respeito a *hardware, software e redes de comunicações*. Neste particular assume especial importância a manutenção dos servidores de dados, de internet, de rede e de impressão e de SAP, onde assenta todo o trabalho da empresa.

Em termos de novidades, destaca-se, no segmento da Energia a disponibilização da nova plataforma de Potencial Solar que está a ser promovida pela DNN junto dos Municípios, com o apoio técnico da DIE.

Evolução da Faturação em 2015-2019

Unidade: Euro

Exercício	2015	2016	2017	2018	Estimativa 2019	Previsão 2020
Faturação	3.313.341	2.437.545	3.523.858	3.772.480	3.260.000	3.449.699
Varição	--	-26%	45%	7%	-16%	8%



12

Imagem 2.10.3.1

Ações Previstas em Plano 2020

Unidade: Euro

Direções	Ações em Curso		Novas Ações		TOTAL	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%
Cartografia e Cadastro	1.023.570	30%	715.000	47%	1.738.570	50,4%
Engenharia e Infraestruturas	376.041	7%	98.000	21%	474.041	13,7%
Novos Negócios	432.733	67%	259.000	37%	691.733	20,1%
Inteligência Especial	240.355	44%	305.000	56%	545.355	15,8%
TOTAL	2.072.699	60%	1.377.000	40%	3.449.699	100%

13

Imagem 2.10.3.2

Quadro de evolução dos Planos de Atividades 2018 a 2020

Evolução das Ações em Curso

Unidade: Euros

Direções	2018	2019	V%	2020	V%
Cartografia e Cadastro	158.666	1.770.323	1.018%	1.023.570	-42%
Engenharia e Infraestruturas	545.052	597.809	10%	376.041	-37%
Novos Negócios	245.117	300.973	23%	432.733	44%
Inteligência Especial	130.942	190.033	45%	240.355	26%
TOTAL	1.079.677	2.859.139	263%	2.072.699	-28%

Evolução das Ações Novas

Unidade: Euros

Direções	2018	2019	V%	2020	V%
Cartografia e Cadastro	810.000	677.000	-16%	715.000	6%
Engenharia e Infraestruturas	442.213	365.177	-17%	98.000	-73%
Novos Negócios	340.331	212.000	-38%	259.000	22%
Inteligência Especial	369.720	361.430	-2%	305.000	-16%
TOTAL	1.962.264	1.615.607	-18%	1.377.000	-15%

14

Imagem 2.10.3.3

Evolução do Total do Plano de Atividades (2018 – 2020)

Unidade: Euros

Direções	2018	2019	V%	2020	V%
Cartografia e Cadastro	968.666	2.447.323	252%	1.738.570	-29%
Engenharia e Infraestruturas	987.265	962.986	-2%	474.041	-51%
Novos Negócios	595.448	512.073	-12%	691.733	35%
Inteligência Especial	500.552	551.463	10%	545.355	-1%
TOTAL	3.041.941	4.474.475	47%	3.449.699	-23%

Grau de Execução do Plano de Atividades (2015 – 2020)

Exercício	2015	2016	2017	2018	Estimativa 2019	2020
Grau de Execução PA	33%	54%	87%	134%	72%	N/A

15

Imagem 2.10.3.4

4 – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2020

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Cartografia e Cadastro					
P/05465	Cartografia e Ortofotomapas à escala 1:10.000	132.800	112.948	19.852	0
P/05498	Cartografia Numérica Vetorial à escala 10.000 p/ o Concelho	24.200	55.850	18.550	0
P/05449	Cartografia Numérica Vetorial à escala 10.000 p/ o Concelho	64.000	48.000	16.000	0
P/05552	Cartografia Numérica Vetorial à escala 10.000 p/ o Concelho	25.100	21.825	7.275	0
P/05578	Atualização de Cartografia Numérica Vetorial Escala 1:10.000	28.250	25.425	2.825	0
P/05711	Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10.000 p/ o Concelho	73.655	55.241	18.414	0
P/05761	Aquisição de serviços para produção de cartografia numérica vetorial à escala 1:10.000 e ortofotocartografia	51.950	48.755	5.195	0
P/05773	Cartografia de Base do Concelho à escala 1:10.000 e prod. de ortofotomapas	61.612	18.484	43.128	0
P/05778	Serviços de atualização de cartografia para revisão ao IGM	15.534	17.941	1.993	0
P/05803	Produção cartografia numérica vetorial à escala 1:10.000 e	61.471	18.441	43.030	0

16

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
P/05488	Contrato P/037/PNDG/UEGAV/5/18 - Regulação das Disposições de Terra na Província de Namíbia	3.984.809	2.850.447	728.412	0
P/05674	Cobertura aérea produção de ortofotomapas para Zambézia e Namíbia	683.188	561.372	121.818	0
Subtotal		4.665.099	3.841.529	1.023.570	0
Total de Ações em Curso		4.665.099	3.841.529	1.023.570	0

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Cartografia, Ortos, Fotografia Aérea, Lidar, Cadastro					
na	Outros Projetos de Cartografia e Ortos	370.000	0	370.000	0
na	Novos projetos RDUKTS	5.000.000	0	0	4.000.000
na	Coberturas Aéreas	1.310.000	0	345.000	975.000
Subtotal		7.690.000	0	715.000	6.975.000
Total de Ações Novas		7.690.000	0	715.000	6.975.000
TOTAL DCC		12.555.099	3.841.529	1.738.570	6.975.000

17

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Unidade: Euro

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Cadastro					
P/05283	Cadastro redes AA e AR	505.551	249.953	255.598	0
P/05018	Cadastro redes Pluviais	75.779	58.779	18.000	0
P/05484	Serviços expropriações e serviços	20.106	10.353	9.753	0
P/05472	Serviços expropriações e serviços	59.730	22.086	37.644	0
P/05644	Est. Cadastro Redes água Parque Cidade	13.430	10.930	2.500	0
P/05766	Serviço Cadastro Redes Pluviais	22.392	18.788	3.604	0
Subtotal		746.930	370.889	376.041	0
Total de Ações em Curso		746.930	370.889	376.041	0

18

PRJ.N.	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Cadastro de Infraestruturas					
na	Projeto Piloto Cadastro Infraestruturas	50.000	0	50.000	0
na	Cadastro Infraestruturas - Arruamentos	20.000	0	20.000	0
Subtotal		70.000	0	70.000	0
Serviços de Expropriações					
na	Serviços Expropriações - Parte II	18.000	0	18.000	0
na	Serviços Expropriações - Condição em Alta - Parte II	10.000	0	10.000	0
Subtotal		28.000	0	28.000	0
Total de Ações Novas		98.000	0	98.000	0
TOTAL DEI		844.930	370.889	474.041	0

19

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

Unidade: Euro

PEJ.N	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Gestão de Frotas					
na	Cartrack - GP - 2015	4.763	4.545	218	0
P/04809	Cartrack - GP - 2016	25.106	24.732	394	0
P/05017	Cartrack - GP - 2017	106.155	100.894	54.352	919
P/05500	Cartrack - GP - 2018	99.305	47.873	48.205	11.227
P/05590	Cartrack - GP - 2018 NGC	162.428	84.013	48.557	31.860
P/05790	DNN 19 - Gestão de Frotas AM	47.447	2.364	8.760	36.323
P/05800	DNN 19 - Gestão de Frotas	380.119	132.485	122.118	125.515
Subtotal		905.323	426.874	272.605	205.844
Connect					
P/05900	CONNECT - Viaturas Ecológicas	21.488	5.422	5.432	10.844
P/05900	CONNECT - Combustível Granal	120.317	28.421	31.706	60.190
P/05900	CONNECT - Equip. Informática	466	466	0	0
P/05900	CONNECT - Equip. Limpas	8.208	2.302	2.302	4.604
P/05900	CONNECT - Autocarros	399.510	0	130.898	278.812
P/05900	CONNECT - Tonéis de Vigilância	11.448	11.448	0	0
P/05900	CONNECT - Viaturas Ecológicas	21.688	5.422	5.432	10.844
Subtotal		562.637	48.059	160.128	394.450
Total de Ações em Curso		1.467.960	474.933	432.733	560.294

20

Resumo de 2020

Unidade: euro

PEJ.N	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES NOVAS					
Gestão de Frotas					
na	Renovações	315.250	0	100.000	215.250
na	Ação Comercial	315.250	0	100.000	215.250
Subtotal		630.500	0	200.000	430.500
Rede Nacional de Potencial Solar					
na	Licenciamentos	24.000	0	24.000	0
na	Mapas Solares	10.000	0	10.000	0
Subtotal		34.000	0	34.000	0
uniquePATHS Pediguias e PedirRotas					
na	PedirRotas	5.000	0	5.000	0
Subtotal		5.000	0	5.000	0
Outras Ações					
na	Outros	63.050	0	20.000	43.050
Subtotal		63.050	0	20.000	43.050
Total de Ações Novas		732.550	0	259.000	473.550
TOTAL DNN		2.200.510	474.933	691.733	1.033.844

21

Resumo de 2020

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

Unidade: Euro

PEJ.N	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
AÇÕES EM CURSO					
Desenvolvimento					
P/05142	PNEPC	25.000	12.500	12.500	0
P/05232	Cartografia de Risco	8.500	8.500	950	0
P/05488	BDUA7a Nampula	269.828	107.017	182.811	0
P/05637	Implementação de uma aplicação para tratamento de campo	27.500	24.620	2.870	0
P/05519	Consultoria, Apoio e Formação na IDE	11.438	8.573	2.858	0
P/05713	PMDFCI	31.476	22.528	9.441	0
P/05708	Formação QGIS e PostGIS	4.000	0	4.000	0
P/05615	Consultoria 2ª geração PGRIMH	27.500	11.000	14.500	0
P/05847	Produção de Mapas	8.425	0	8.425	0
na	Aquisição e Manutenção de muniWebGIS	22.000	0	22.000	0
Subtotal		434.653	194.298	240.355	0
Total de Ações em Curso		434.653	194.298	240.355	0
AÇÕES NOVAS					
Desenvolvimento					
na	Aplicações SIG	150.000	0	90.000	100.000
na	Aplicações webSIG	185.000	0	90.000	135.000
Subtotal		335.000	0	100.000	0

22

Resumo de 2020

PEJ.N	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2020	A DEFINIR
Consultoria / Planos / Detecção Remota / Formação					
na	Consultoria IDE	150.000	0	50.000	100.000
na	Detecção Remota	17.500	0	10.000	27.500
na	Formação	17.500	0	10.000	27.500
na	Elaboração de Estudos e Publicações	225.000	0	75.000	150.000
na	Videografia	210.000	0	60.000	150.000
Subtotal		660.000	0	205.000	455.000
Total das Ações Novas		995.000	0	305.000	690.000
Total da DIE		1.429.653	194.298	545.355	690.000

23

Resumo de 2020

5 – PLANO DE INVESTIMENTOS

Plano de Investimentos de 2020 a 2022

Unidade: Euro

Descrição	Exercícios		
	2020	2021	2022
Hardware / Equipamento	130.280	5.000	5.000
Software	20.050	5.000	5.000
Investimento Total	150.330	10.000	10.000

Os investimentos aqui previstos terão fontes de financiamento suportadas em capital alheio e capital próprio, em função dos recursos existentes e da tipologia de investimento a materializar.

24

Plano de Investimentos

6 – PLANO DE FORMAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO – HORAS PREVISTAS

DIREÇÃO	HORAS
Direção de Cadastro e Cartografia	315
Direção de Novos Negócios	63
Direção de Engenharia e Infraestruturas	0
Direção de Inteligência Especial	863
Direção Administrativa e Financeira	248
TOTAL DE HORAS PREVISTAS	1.489

25

Plano de Formação

7 – ORÇAMENTO PARA 2020

Previsão de Resultados 2020

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.449.699	99,28%
Outros Ganhos	25.000	0,72%
TOTAL DE GANHOS	3.474.699	100,00%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
Subcontratos e Tarefeiros	1.459.384	75,65%
Trabalhos Especializados	68.943	3,57%
Publicidade e Propaganda	5.301	0,27%
Conservação e reparação	153.362	7,95%
Ferramentas e Utensílios	12.770	0,66%
Livros e Documentação Técnica	5.300	0,27%
Material de Escritório	6.924	0,36%
Electricidade	17.347	0,90%
Combustível	77.199	4,00%
Água	737	0,04%
Deslocações e Estadas	41.319	2,14%
Rendas e Aluguéis	10.587	0,55%
Comunicações	15.065	0,79%
Seguros	24.954	1,29%
Contencioso e Notariado	1.764	0,09%
Limpeza, Higiene e Conforto	11.016	0,57%
Impostos e outros	17.036	0,88%
TOTAL DOS CUSTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.929.008	55,92%
TOTAL GASTOS COM PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO	1.246.312	36,13%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	43.372	1,26%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	230.879	6,69%
TOTAL DE GASTOS	3.449.571	100,00%
Resultados	25.128	

26

Orçamento para 2020

Quadro Síntese Previsional 2020

Rubricas	Peso na faturação (por natureza de gastos)	Euros
Total de Ganhos		3.474.699
Fornecimentos e Serviços Externos	55,52%	- 1.929.008
Gastos com Pessoal e Órgãos Sociais	35,87%	-1.246.312
Gastos Financeiros	1,25%	-43.372
Amortizações	6,64%	-230.879
Resultados Antes Impostos		25.128

27

Quadro Síntese Previsional

Detalhe do orçamento de gastos para 2020

Unidade: Euro

Classes de gastos	Orçamento 2019	Orçamento 2020	Variação em	
			% 2019 / 2020	Valor Absoluto 2019 / 2020
Subcontratos + Terceiros	1.079.250	1.450.384	-35%	-519.871
Trabalhos Especializados	67.836	69.943	2%	1.337
Publicidade e Propaganda	16.901	5.301	-69%	-11.600
Conservação e reparação	163.277	163.362	-6%	-9.915
Ferramentas e Utensílios	20.810	12.770	-39%	-8.040
Livros e Documentação Técnica	5.556	5.300	-5%	-258
Material de Escritório	3.686	6.924	88%	3.238
Artigos para leitura	90	0	100%	-90
Electricidade	16.836	17.347	4%	708
Combustíveis	78.918	77.188	-2%	-1.730
Água	843	737	-13%	-107
Outros Fluidos e Gás	96	0	100%	-96
Deslocações e Estadas	97.660	41.319	-58%	-56.341
Rendas e Aluguéis	38.411	10.987	-71%	-27.424
Comunicações	25.577	15.065	-41%	-10.512
Seguros	32.925	24.954	-24%	-7.971
Contabilidade e Notariado	1.051	1.784	68%	713
Limpeza, Higiene e Conforto	7.900	11.916	50%	4.016
Gastos com Pessoal	1.282.961	1.246.212	-3%	-36.749
Amortização	237.888	230.879	-3%	-7.009
Impostos, Quotas, RR, I.C., Imp. Selo e Incobráveis	14.218	17.838	26%	3.620
Juros e outros gastos	83.240	43.372	-47%	-39.868
TOTAL	4.189.906	3.449.871	-18%	-738.837

28

https://www.tribuna.com.br

8 – ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2020

ORÇAMENTO DE TESOURARIA

Unidade: Euro

RUBRICAS	SALDO INICIAL	Ano 2020			
		1º T	2º T	3º T	4º T
1. Recebimentos de exploração					
Clientes		1.200.000	850.000	850.000	700.000
Outros recebimentos		5.572	5.572	5.572	5.572
Sub-total (1)		1.205.572	855.572	855.572	705.572
2. Pagamentos de exploração					
Fornecedores	(400.000)	(500.000)	(500.000)	(550.000)	(550.000)
Remunerações + Segurança Social + outros	(285.000)	(340.000)	(285.000)	(340.000)	(340.000)
Impostos	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Caba e diversos	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)
Juros e despesas bancárias	(10.843)	(10.843)	(10.843)	(10.843)	(10.843)
Sub-total (2)	(800.843)	(955.843)	(900.843)	(1.005.843)	(1.005.843)
3. Operações de capital					
SEL (Lei 55.872/2004 25/12/ 2008 e 2009 e Lei 50.701/ 20/8/ 2011 e 2013)		30.000	30.000	30.000	30.000
Financiamentos		0	0	0	0
Amortização de Financiamentos	(108.524)	(183.506)	(184.462)	(111.873)	(111.873)
Leasing (amort. capital)		0	0	0	0
Sub-total (3)	(78.524)	(153.506)	(154.462)	(81.873)	(81.873)
SALDO DE TESOURARIA	2.000	328.265	66.273	(133.733)	(248.144)
4. Conta Corrente Cauionada	300.000			134.000	248.144
5. Aplicação de excedente		320.000	66.500		

29

https://www.tribuna.com.br

9 – ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2020, 2021 E 2022

ORÇAMENTO 2020

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços e outros	3.474.699	100%
TOTAL DE GANHOS	3.474.699	100%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.929.008	55,92%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.246.312	36,13%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	43.372	1,26%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	230.879	6,69%
TOTAL DE GASTOS	3.449.571	100%
Resultados Antes Impostos	25.128	-

30

https://www.tribuna.com.br

ORÇAMENTO 2021

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.800.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.800.000	100%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	2.000.000	56,50%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.260.000	35,59%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	90.000	1,41%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	230.000	6,50%
TOTAL DE GASTOS	3.540.000	100%
Resultados Antes Impostos	260.000	-

31

https://www.tribuna.com.br

ORÇAMENTO 2022

Unidade: Euros

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.500.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.500.000	100%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.900.000	55,88%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.260.000	37,06%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	40.000	1,18%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	200.000	5,88%
TOTAL DE GASTOS	3.400.000	100%

Resultados Antes Impostos	100.000	-
----------------------------------	----------------	----------

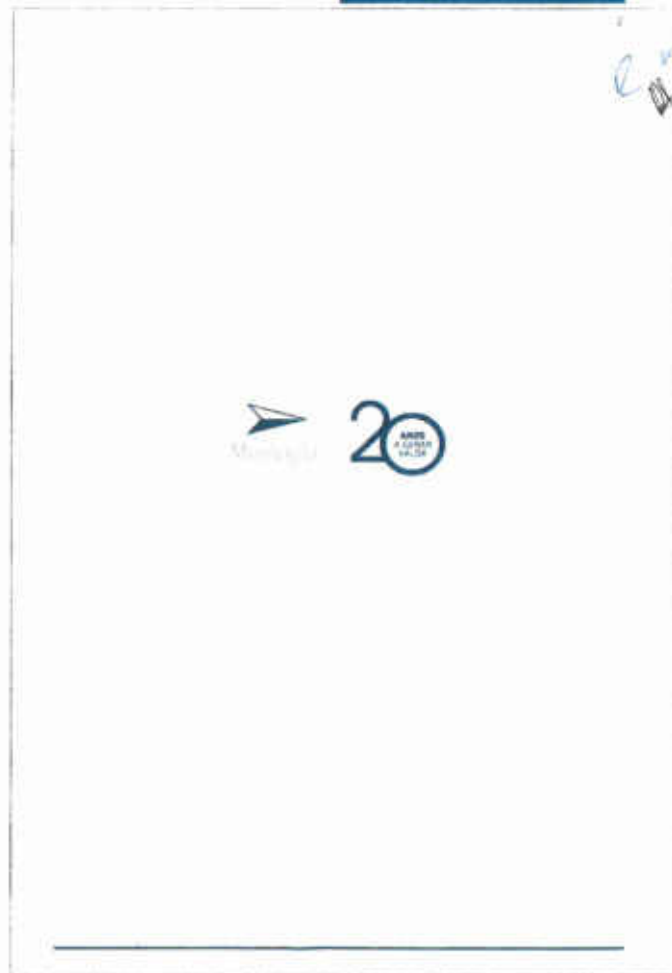
Oeiras, 18 de dezembro de 2019

O Conselho de Administração,


Dr. Fernando do Nascimento Frigo – Presidente


Sr. Rui Manoel da Graça Coles – Administrador


Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador



ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	4
2	Relatório de Gestão	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral	7
2.2.	Atividade Desenvolvida	8
2.3.	Certificações Técnicas e marcas registadas	31
2.4.	Recursos Humanos	34
2.5.	Evolução Económico-Financeira	40
2.6.	Proposta de aplicação de resultados	51
3	Contas do exercício	54
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2019	63

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL		
Dr. Luis Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos		Presidente
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Fernando do Nascimento Trigo		Presidente
Rui Manoel da Graça Colas		Administrador
João Pedro Brito da Silva		Administrador
FISCAL ÚNICO		
Joaquim dos Santos Silva		Membro Efetivo
em rep. da: Diz & Associados, SROC, Lda		SROC nº 118



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2019.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2019, marca 20 anos de história da Município. Ao longo destas duas décadas de anos, foi possível demonstrar a nossa capacidade, na primeira década com maior incidência no território nacional, enquanto que na segunda, valorizando o investimento realizado em recursos humanos e tecnológicos fomos à descoberta de novos mercados como Espanha, Marrocos, Angola, Cabo Verde, Tunis e ultimamente Moçambique.

A nossa aposta em Moçambique, contribuiu decisivamente para podermos alcançar em 2019 um volume de negócios que ultrapassou os 4.000.000 euros, sendo este o valor mais elevado dos vinte anos de história da Município.

Foi possível garantir pelo **6 ano consecutivo resultados equilibrados**, fazendo desta, uma sociedade sustentada, equilibrada e com futuro, alcançando em 2019 um Resultado Antes de Imposto de 95.151,57 euros.

A nível nacional, a Município dá sinais de inovação, através do lançamento de projetos como o "UniquePATHS@ - PedGulias e PedRotas numa plataforma única", através de uma candidatura ao Turismo de Portugal, que mereceu a aprovação de financiamento a 79,62% (300.000 euros) sobre o investimento elegível apurado na candidatura.

Para além do projeto UniquePATHS@, concebeu e implementou a Connect@ (Central Nacional De Compras Municipais) que alcançou em 2019 o seu equilíbrio financeiro no 3º ano de atividade. Trata-se da única Central de Compras de âmbito nacional, dirigida para as autarquias, disponibilizando produtos inovadores, preços competitivos, com processos de aquisição muito simples e rápidos que se materializam em Ajustes Diretos derivados de Acordos Quadro, dispensando os aderentes dos processos de contratação pública, sem custos e obrigação de aquisição.

Para além destes projetos, não esquecemos o "Core" da atividade, como o Cadastro, Cartografia, SIG, Desenvolvimento Aplicacional Open Source, Cadastro de Infraestruturas, Fotografia Aérea, que se apresentam como ferramentas do ordenamento do território e que deveriam ser mais incentivadas e utilizadas pelos sucessivos governos e autarquias do país.

O futuro, passará por continuarmos a reinventarmo-nos, independentemente da geografia onde estivermos, sabendo que podemos estar otimistas, já que provamos diversas vezes que somos competentes e competitivos ganhando concursos públicos internacionais, fruto da nossa capacidade técnica e capacidade de Gestão.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2020

O Diretor Geral,

(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) de 2019 foi o projeto de Regularização das Ocupações de Terras na Província de Nampula para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.

O projeto revestiu-se de muitos desafios e particularidades únicas que permitiu obter um conhecimento profundo da realidade Moçambicana. O Objetivo final do projeto é a atribuição de 144.714 DUATs à população carentada que utiliza e ocupa a terra nos distritos de Monapo, Mogincual, Nacala-Velha, Mossuril e Momba na província de Nampula.

A ausência de infraestruturas rodoviárias asfaltadas, a pobreza, as condições de vida e de subsistência são realidades totalmente opostas do que conhecemos na Europa e mesmo em Cabo Verde. Esta realidade fez com que a Município tivesse que se preparar do ponto de vista da logística e de equipamentos de uma forma adequada às exigências do projeto e do terreno para a execução deste projeto. De facto e até agora, foi o mais desafiante de todos.

Constituiu-se uma equipa de cerca de 150 técnicos, formando-os e dotando-os de ferramentas essenciais ao desenvolvimento do trabalho no terreno, bem como de alojamento através de tendas e de todo o material necessário para o seu trabalho. Foram realizadas ações de sensibilização e comunicação em todo o território onde o trabalho se desenrolou.



Encontro com os líderes comunitários na localidade de Cívico, Posto Administrativo de Itocú, Distrito de Monapo, Direção do projeto. Líderes comunitários e parte da equipa técnica.

No final de 2019, a parte do projeto relativa ao levantamento de campo bem como todas as Consultas Públicas num total de 150.000 parcelas já tinham sido concluídas. As restantes

tarefas de tramitação do projeto até à emissão dos Títulos DUAT's não foi possível cumprir no tempo previsto devido à inoperacionalidade no Sistema de Gestão de Terras (SIGT) da Direção Nacional de Terras (DINAT).



Acampamento e equipa em Niçani



Sensibilização na localidade de Namope, no Posto Administrativo de Namope, distrito de Moçimboa.



A nível nacional destacam-se dois projetos mais relevantes pelo volume de negócio e pela sua execução, são:

- A conclusão do projeto para uma empresa privada de rede de autoestrada com cerca de 69.633 hectares, à escala 1:10.000.



- A produção de cartografia e ortofotomapas à escala 1:10.000 para a Associação de Municípios do Douro Superior de fins Específicos dos municípios de Freixo de

Espada à Cinta Mogadouro, Torre de Moncorvo e Miranda do Douro, e para um total de cerca de 212.353 hectares.



A nível internacional, a Município ganhou um projeto para a execução de imagens aéreas e produção de ortofotomapas, em Moçambique, para o Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Foi realizada uma cobertura aérea com uma resolução de 30 cm para uma área de 30.778 km² e posteriormente foram produzidos os respetivos ortofotomapas com dimensão de 6.000x6.000 km, num total 1.118.

O projeto teve o seu início no terreno em julho e a produção dos ortofotomapas terminou em dezembro.



Área onde foi realizada a cobertura aérea e a produção de ortofotomapas



Exemplo de ortofotomapa

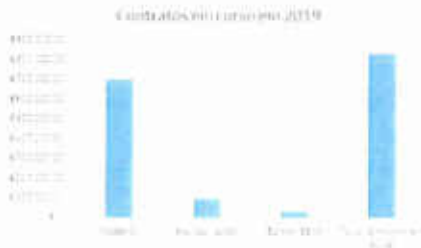
Distribuição das horas da Direção de Cartografia e Cadastro por tipo de projeto:



Conclui-se que o peso dos projetos cartográficos continuam a ter um impacto significativo na estrutura interna da DCC.

Direção de Engenharia e Infraestruturas

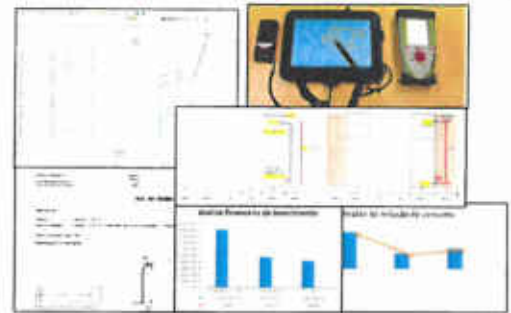
Em 2019, a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso, obtendo um volume de faturação 388.667,58 euros relativos a contratos oriundos no período de 2018/2019 no valor de global de contratos que ascendeu a 836.210,03 euros.
A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento e iluminação pública (IP).



O grande foco da direção esteve centrado na sua organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas, no investimento na formação e a equipar essas mesmas equipas.

Na área dos projetos de consultoria, o maior relevo vai para os projetos de estudos de eficiência energética na IP, onde a Município desenvolveu projeto de conversão de tecnologia LED para cerca de 50.000 luminárias distribuídas pelos concelhos de **Benavente e Oeiras**, que irá permitir reduzir a fatura desses concelhos em mais de 50% nas instalações analisadas. No final 2018 e 2019, devido a estudos anteriores, foi possível verificar alguns arruamentos destes Municípios com as alterações implementadas com feedback muito positivos. Esta é uma área a dar continuidade pelo menos no próximo ano de 2020.

A abordagem técnica da Município tem sido elogiada pela forma como aborda o problema e procura as soluções técnicas que melhor se adequam, sempre com a preocupação do custo do Investimento inicial, o seu payback, sem pôr em causa o serviço público que a iluminação Pública (IP) deve atender.



Cadastro e gestão energética numa plataforma SIG. Estudo luminoso com dados os parâmetros ambientais e o peso do consumo em DG, análise regional de EE da rede pública e estudo de viabilidade financeira funcionamento.

No âmbito da EE energética, destaca-se ainda o projeto que se iniciou em setembro de 2018 para o Município de Oeiras abrangendo o cadastro de cerca de 36.000 luminárias, projeto esse que se prolongou por 2019 com uma campanha que envolve a própria EDP distribuição.

Destaque também para o projeto de elaboração de cadastro de infraestruturas de redes de Água e saneamento para a Associação de Municípios da Cova da Beira (CadREDES AMCB), projeto que abrange cerca de 12 Municípios e em que a Município participou na execução de cadastro em 6, abrangendo mais de 2.000km de redes, com uma equipa de cerca 35 técnicos permanentes distribuídos pelos vários Municípios e em gabinete nos escritórios sede e Guarda.

Em 2020, a Município irá continuar a desenvolver projetos para colocar os SIG aos serviços da Engenharia e na gestão eficiente e sustentável dos recursos contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2020, tornando o país mais sustentável para as gerações futuras.

Direção de Inteligência Espacial

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) esteve envolvida, durante o ano de 2019, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 26% total da DIE (Figura 1).



Município	População	Área
Benavente	218,4	16,7
Signate da Cova da Beira	210,9	129,8
Ourém	405,0	285,0
Montealegre	51,0	35,0
Alcanhões	113,0	175,0
Alcanhões	113,0	175,0
TOTAL	1011,3	636,5

Concelhos abrangidos no projeto CadREDES AMCB. Área regida por cada território de Abastecimento

Projetos Internos (Porcentagem de Afetação de Recursos Humanos)



Figura 1 - Porcentagem de Afetação de Recursos Humanos

Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq) em Help Desk às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Continuamos a prestar apoio aos projetos de infraestruturas da DEI e, juntamente com a DCC, continuamos o processo de análise para conversão do Modelo de Dados de cartografia para um Sistema de Gestão de Base de Dados, de acordo com o novo modelo da DGT.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2019 foram efetuados 550 pedidos, o valor mais baixo registado desde que é utilizada a plataforma, essencialmente devido ao alargamento das atividades de Cadastro e Infraestruturas (Figura 2).

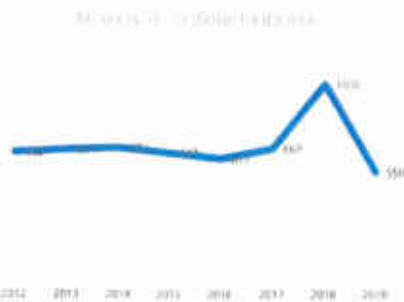


Figura 2 - Número de Pedidos de Helpdesk

Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o desenvolvimento da Plataforma Solis Lisboa (Figura 3), que através do potencial de produção de energia solar dos telhados da Cidade de Lisboa e do cruzamento com dados de consumo permite dimensionar o investimento em painéis de fotovoltaicos. Também nesta área da Energia foi criada a Rede Nacional de Potencial Solar (Figura 4) que, com base nos desenvolvimentos feitos para Oeiras e Lisboa, se constitui como uma plataforma para ser comercializada junto dos municípios portugueses.



Figura 3 - Plataforma Solis Lisboa



Figura 4 - Rede Nacional de Potencial Solar

Na área de atividade de elaboração de estudos e planos, destacamos a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra incêndios para a AMDSFE (Figura 5) e Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações para identificação das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação na Região Autónoma da Madeira (Figura 6 e Figura 7).

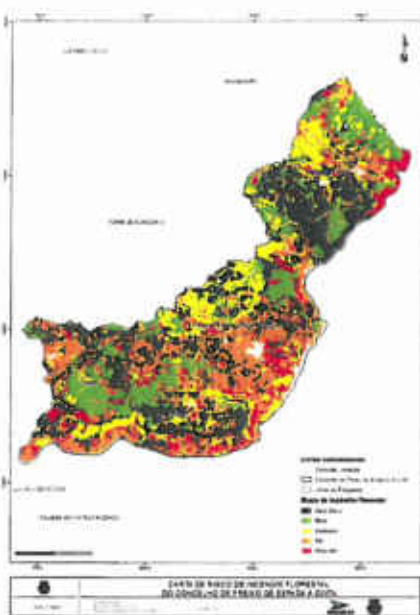


Figura 5 - Carta de Risco de Incêndio Florestal de Funchal à Erice

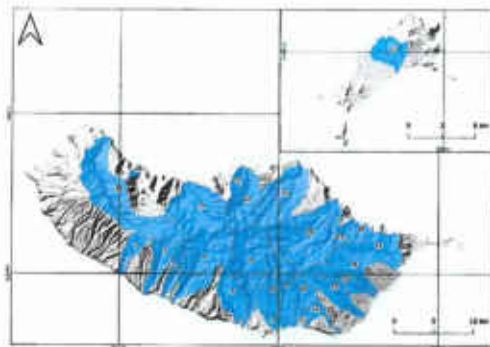


Figura 6 - Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação Fluvial

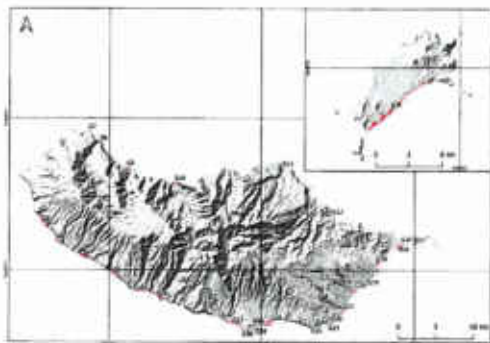


Figura 7 - Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação Costeira

No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque a implementação da Plataforma SmartCity da Município, em que já foi concluída a Aplicação O Meu Bairro para Oeiras (Figura 8), e encontra-se em fase de conclusão a Aplicação COSI (Figura 9). Adicionalmente esta Plataforma também foi implementada no Cadaval.



Figura 8 - Aplicação O Meu Bairro



Figura 9 - Aplicação COSI

Destacamos também a implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais da CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (Figura 10) que consistiu num serviço de consultoria de integração de informação geográfica, que se encontrava dispersa em várias bases de dados e servidores, e implementação de uma plataforma que centraliza e disponibiliza esta informação à CIM-TTM e aos municípios que a constituem.



Figura 10 - IDE CIM-TTM

Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida. Mas o mais importante a destacar é a continuação do projeto de Regularização de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terras (RDUATs) na província de Nampula, Moçambique, em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento das aplicações de campo e de gabinete, bem como por todo o suporte técnico ao projeto (Figura 11 e Figura 12). Neste particular, para além das melhorias que foram introduzidas na aplicação, foi desenvolvido uma API para integração diretamente no SIGIT dos dados que estão na nossa base de dados, evitando a necessidade de carregamento manual da informação dos DUATs (Figura 13).

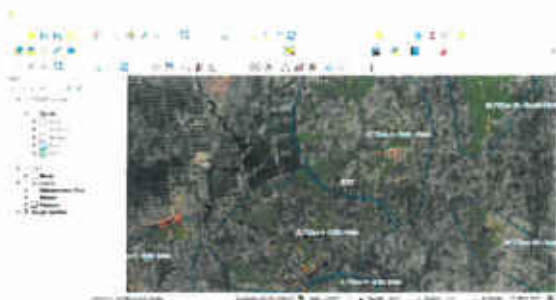


Figura 11 - Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT - Parcelas



Figura 12 - Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT - Formulários



Figura 13 - Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT - Sinaliz. de Dados para o SIGIT

Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha (Figura 14).



Figura 14 - NDVI da Quinta da Remeira

Para o ano de 2020, encontra-se em curso o projeto de RDUAT de Nampula, da implementação da plataforma Smartcity, e desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura. Ao nível dos estudos, destacam-se a possibilidade das revisões de alguns PMEPC e dos PMDFCI e a aposta na produção de Atlas Municipais, estando adjudicado desde já a produção do Atlas de Setúbal. Adicionalmente, está em curso a implementação do novo design da plataforma da Rede Nacional de Potencial Solar (Figura 15).



Figura 15 – Rede Nacional de Potencial Solar – Novo Design

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN), consolidou em 2019 a sua posição de unidade geradora de novos serviços e a sua sustentabilidade por via da comercialização da linha de produtos que lhe está adstrita.

No mercado internacional, a DNN foi responsável pela coordenação do projeto de aquisição de imagens aéreas nas províncias de Nampula e Zambézia, envolvendo mobilização de meios aéreos, execução de missões de voo aerofotogramétrico e produção de ortofotomapas. A robustez no planeamento, a comunicação interna e com o cliente e o envolvimento das equipas, permitiu o escrupuloso cumprimento dos 8 meses de prazo.

A nível nacional, a comercialização do serviço de geolocalização de frotas às Entidades Públicas voltou a superar os máximos atingidos nos últimos anos, contando a Município com 3.306 viaturas monitorizadas em 171 clientes, dos quais se destacam 66 Corporações de Bombeiros, 44 Câmaras Municipais, 11 Juntas de Freguesia, 5 Santas Casas de Misericórdia, 2 Comunidades Intermunicipais.

A Central Nacional de Compras Municipais Connect® continuou o seu processo de introdução no mercado, crescendo para 70 Entidades Aderentes, 10 Acordos Quadro em vigor, 4 milhões de litros de combustível comercializados, 7 viaturas elétricas / híbridas entregues, 8 veículos de limpeza urbana em operação e 12.000 sacos para moioks entregues.

No lançamento de novas soluções destaca-se a Rede Nacional de Potencial Solar, uma Comunidade de Municípios com preocupações ambientais declaradas e assumidas, que aposta na sensibilização da Sociedade Civil para o aproveitamento da energia solar.

Municípios, com responsabilidades firmadas perante o Pacto dos Autarcas, perante o pacote de medidas Clean Energy for All Europeans, ou simplesmente alertados para os impactos da utilização de energias não renováveis no futuro dos seus territórios, têm nesta rede uma potente ferramenta para concretização das metas estabelecidas, que divulga o potencial solar do seu território e o retorno do investimento esperado pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura, permitindo ao cidadão, condomínio, ou empresa ambicionar um futuro mais sustentável para a sua família, conhecer o potencial de aproveitamento solar, aferir o investimento necessário em tecnologia e ver valorizado o seu imóvel pela consciência ambiental do seu município.

No campo dos novos lançamentos, destaca-se ainda a aprovação do projeto uniquePATHS, candidato à linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, aprovado no final do ano de 2019 e que será desenvolvido e implementado ao longo do primeiro semestre de 2020, com um impacto muito relevante para o setor do turismo em Portugal. Este projeto pretende criar um novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial, encontra-se suportado por uma APP que será desenvolvida em exclusivo para o projeto e cria um marketplace onde se encontram guias, com turistas para a realização de rotas pedestres.

No campo da comunicação, a Direção manteve como sua responsabilidade o lançamento de conteúdos via www.municipia.pt e www.centralconnect.pt, social media de ambas as marcas e na forma de newsletter em papel e digital distribuída a todos os Municípios, Comunidades Intermunicipais e Empresas do Setor Empresarial Local.

O ano de 2020 ficará marcado pelo crescimento das linhas de negócio em introdução, como a Connect®, onde se esperam novas categorias, adesões e contratualizações; espera-se um novo incremento no serviço de geolocalização de frotas, pela mudança de paradigma na utilização dos recursos; preconiza-se o aumento da comunidade respeitante à Rede Nacional de Potencial Solar, com novas entidades preocupadas com as alterações climáticas; e será o ano de concretização da inovadora plataforma uniquePATHS, um marco no turismo em Portugal.

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2019:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2018	Nº Propostas 2019	6% Nº Propostas 18-19	Em Valor		6% Valor 18-19
				2018	2019	
Propostas adjudicadas	176	41	-71,70%	5.461.510	442.879	-92,10%
Propostas em aberto	321	334	4,00%	14.660.403	8.176.893	-44,20%
Propostas recusadas	31	76	145,20%	670.064	963.602	46,80%
Total de Propostas Apresentadas	528	451	-14,50%	21.791.977	9.884.374	-55,90%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 451 propostas ao longo do ano de 2019, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 71,7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 92,1% no valor (euros) das propostas adjudicadas. Esta variação está relacionada com o valor das propostas apresentadas em Moçambique em 2018, que não se repetiram em 2019.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2019 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES

	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FUNDS)	728.528	23,10%
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL (MADR)	706.284	22,40%
ESCOLAS - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS	245.815	7,80%
ARTICAN - 3D SCANNING	78.005	2,50%
Autor	71.696	2,30%
ARM APPRIZE (ARM)	65.056	2,10%
Município de Matos do Douro	55.241	1,80%
MZ LIMITADA (MZE)	47.500	1,50%
PSE, PRODUTOS E SERVIÇOS DE ESTADÍSTICA, LDA	47.429	1,50%
Município de Melgouros	47.020	1,50%

Unidade: Euro

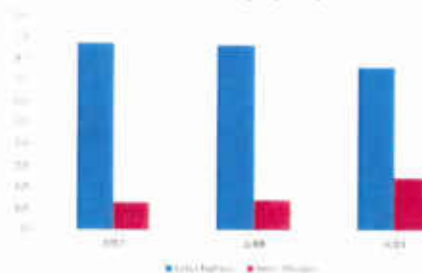
O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 76% da faturação neste setor, registando uma diminuição de 10,5% face ao ano anterior. O setor privado regista cerca de 24% da faturação, ou seja, mais 10,5% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

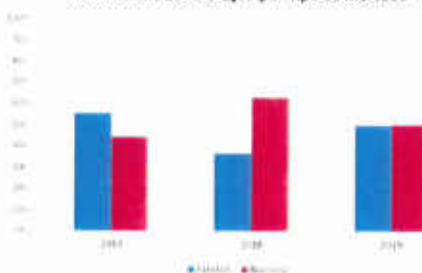
FATURACÃO	2017	2018	2019
Setor Público	87,16%	86,16%	75,71%
Setor Privado	12,84%	13,84%	24,29%

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURACÃO MERCADO	2017	2018	2019
Externo	55,50%	36,81%	49,52%
Nacional	44,50%	63,19%	50,08%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



2.3. Certificações Técnicas e marcas registadas

Certificações Técnicas

A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Município - Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA, autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

Alvará N°1/2000 CT; Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorectificação; Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISSO 9001:2015.

Marcas Registadas



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT @ Criada pela Município e pelo Município do Fundão em 2015 ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro e suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.

MPAD @

Comunidade virtual que reúne, sistematiza, integra e difunde em 3 idiomas, num único endereço, informação sobre Cidadania, Serviços Públicos, Turismo, Lazer e Negócios da totalidade das Autarquias Portuguesas.

GUIA@Pórtiga

Procura? Aqui encontra!! Plataforma digital que reúne de forma georreferenciada todos os comércio e serviços do país.

BNE @

Infra-estrutura nacional e oficial de endereços.

GEOFIAT @

Observatório Estatístico.



Empresa de Serviços Energéticos.



Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados por sensores aerotransportados.

WHERE ARE YOU?

Plataforma Internacional de Comunicação entre Clientes de Informação Geográfica e Empresas de aquisição de dados.

2.4. Recursos Humanos

Atividade

Fruto do crescimento da Central Nacional de Compras Municipais, vulgo CONNECT, e dos projetos em carteira relacionados com a Direção de Engenharia e de Infraestruturas, foi necessário recrutar novos elementos para o quadro da empresa.

Evolução e caracterização dos efetivos

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, recorrendo à subcontratação de serviços para suprir o trabalho advindo do acréscimo de projetos. Pode-se verificar no quadro em baixo, um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, motivado pelas 9 contratações realizadas ao longo do ano, e pelas 3 saídas impulsionadas por iniciativa dos trabalhadores.

	2017	2018	2019
N.º de efetivos	31	32	38

O quadro que se segue, regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 66% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo", 26% tem um contrato à "termo certo" e 8% tem um contrato a "termo incerto".

	2017	2018	2019
Contrato sem termo	29	28	25
Contrato termo certo	2	2	10
Contrato termo incerto	0	2	3
31 de dezembro	31	32	38

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com 14 elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com 8 elementos;
- Direção Administrativa e Financeira com 7 elementos, (1 Connect);
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com 4 elementos;
- Direção de Novos Negócios com 4 elementos, (1 Connect);
- Direção Geral com 1 elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2019 é constituído por 38 trabalhadores. Desses, 15 são do género feminino e 23 do masculino.

	2017	2018	2019
Género Masculino	22	21	23
Género Feminino	9	11	15
31 de dezembro	31	32	38

A média etária da idade dos funcionários continua situada nos 44 anos, apresentando os recursos humanos da empresa uma estrutura sólida e capaz de transmitir conhecimentos, com experiência e identificação com as políticas da empresa.

	2017	2018	2019
De 40 a 60 anos	24	22	23
De 18 a 39 anos	7	10	15

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores de Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

	2017	2018	2019
Doutoramento	1	0	0
Mestrado	0	0	5
Ensino Superior	20	21	21
Ensino Secundário	10	11	12
2º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	31	32	38

Com mestrado temos 13%, com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 32% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 55%.

Absentismo

Como podemos verificar no quadro seguinte, os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por baixa emitida pela Segurança Social. Nesta tipologia de ausências inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

	Baixa S. Social	UL Parental	Doença e Licença	Outros	Total		
31 de dezembro	122	21	34	17	0	0	174
Peso relativo	70%	12%	20%	9%	0%	0%	100%

Tipos de absentismo no último triénio

	2017	2018	Δ%	2019	Δ%
Baixa S. Social	57	68	31%	122	79%
Licença Parental	0	25	N/A	21	-16%
Doença	57	51	-11%	56	10%
Outras	18	21	17%	23	5%
Total Ausências	127	165	30%	221	34%

Analisando e comparando os números de 2019 com o ano anterior, verifica-se um aumento do absentismo, com maior incidência na tipologia "baixa por doença".

Formação profissional

A Empresa ao longo do último triénio tem mantido o seu investimento na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

	2017	2018	Δ%	2019	Δ%
N.º de Formandos	14	10	-29%	12	20%
N.º de Ações	38	20	-47%	15	-25%
Horas de Formação	583	353	-39%	327	-7%

Neste quadro, pode-se observar que 20% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 327 horas, 36 horas (11%) foram de especialização e 291 horas (89%) foram despendidas em workshops, palestras e conferências.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2017 e 2019, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2017	2018	2019	Peso % no total	Var. 17-18	Var. 18-19
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	1.035.570,01	808.700,10	907.948,85	74,31%	-22%	12%
Horas extra	1.473,24	2.901,36	1.527,96	0,27%	97%	-47%
Senhas de Presença	6.380,40	7.656,40	14.674,92	0,70%	20%	92%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	256.989,53	211.080,10	241.288,87	19,20%	-18%	14%
Ajudas Custo/Quilómetros	67243,25	44.105,95	155.185,64	4,05%	-49%	252%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	14.816,12	13.897,74	15.230,65	1,28%	-7%	10%
TOTAL	1.402.523	1.088.341,65	1.335.856,89	100,00%	-22%	23%

Os gastos com remunerações sofreram um incremento de 12%, inteiramente justificados pelo projeto que se desenvolveu em Moçambique e para o qual se contrataram supervisores para fazer o acompanhamento e gestão das equipas no terreno.

As horas extra, para além de apresentarem um valor residual, derivam de valores excecionais e devidamente justificados e que, em 2019, tiveram origem em trabalho de fotografia aérea, que está sempre associado às necessidades meteorológicas favoráveis. Esta rubrica diminuiu 47% face ao ano transato.

O valor das senhas de presença registou um incremento de 7.000 euros aproximadamente e resulta da necessidade de um acompanhamento mais efetivo da sociedade em particular quanto ao projeto com as características já relatadas.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho registaram um incremento idêntico ao analisado com as remunerações, neste caso com um aumento de 14%.

A rubrica de ajudas de custo é uma das que mais aumentou (252%), tendo em conta o acompanhamento necessário dos projetos de Moçambique (RDUAT e voos de Namúlia e Zambúlia), que se fazem através da presença com uma frequência sistemática do Diretor Geral, Direção de projeto, Supervisores e Logística.

Na formação assistiu-se a um ligeiro aumento de custos, face ao ano transato, em concreto de 10%.

Este valor será sempre necessário investir, já que um dos fatores de sucesso de uma empresa de base tecnológica é ter recursos capazes de responder às dinâmicas e evolução dos mercados tecnológicos.

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/de desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de indicadores que medem a performance da empresa. Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2017	2018	Var.% (17-18)	2019	Var.% (18-19)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	3.523.858	3.772.485	7%	4.339.529	15%	3.876.624
Subsídios à Exploração	32.148	0	N/A	88.423	100%	40.190
Reversões de Imparidades	8.864	46.017	419%	0	-100%	18.294
Outros Rendimentos ou Ganhos	19.721	83.702	324%	152.744	302%	85.389
Total dos Ganhos Operacionais	3.584.592	3.902.204	9%	4.580.896	17%	4.032.498
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	1.903.780	2.365.273	24%	2.452.621	4%	2.240.385
Gastos com Pessoal	1.402.523	1.088.343	-22%	1.335.857	23%	1.275.574
Imparidade de dívidas a receber	0	0	0%	11.250	100%	3.750
Doutros gastos e perdas	22.390	45.317	102%	111.580	146%	59.764
Gastos/reversões de depreciações / provisões	164.549	208.046	26%	438.523	111%	270.308
Total dos Gastos Operacionais	3.493.656	3.707.079	6%	4.349.830	17%	3.856.188
Resultados Operacionais	90.936	195.126	115%	230.867	18%	172.310
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	3.209	21.747	578%	704	-97%	8.553
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	68.782	77.617	16%	136.419	76%	53.606
Resultados Financeiros	-65.573	-55.870	12%	-135.715	-143%	-85.053
Resultados Antes de Imposto	27.363	139.256	409%	95.152	-32%	87.257
Impostos	17.443	133.163	663%	198.799	49%	118.488
Resultado Líquido	9.920	6.093	-39%	-103.647	-1.801%	-29.211

Unidade: Euros

Da análise do último triénio, destaca-se uma média de volume de negócios de 3.878.624 euros.

No ano em que cumprimos 20 anos de existência registamos o maior volume de negócios da história da sociedade, com 4.339.529 euros.

Este **volume de negócios** elevado (mais 15% do que no ano transato), deve-se essencialmente ao trabalho realizado em Moçambique nos últimos anos, onde foi necessário preparar condições para que este desiderato fosse possível de alcançar.

Os **subsídios à exploração** tiveram origem numa parceria com a Lisboa e-Nova, para o desenvolvimento do projeto Solis.

Da rubrica de **outros rendimentos e ganhos** verificou-se um incremento substancial face a 2018 (mais 382%), que se deve, no essencial, a equipamento que foi vendido para a consorciada do projeto, arrendamento residual de uma área do escritório na sede e a diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** cifrou-se em **4.580.896 euros**, representando mais 17% do que no ano anterior.

Quanto aos gastos, a rubrica de **fornecimento e serviços externos**, registou apenas 4% de aumento, sendo 80% deste valor (2.452.621 euros) explicado por subcontratação de serviços.

Quanto aos **gastos com pessoal**, registaram um incremento de 23%, face ao exercício económico anterior, tendo já sido esta rubrica detalhada em capítulo específico.

O assunto **imparidades** tem estado nos últimos anos controlado, contudo tivemos neste exercício que assumir a improbabilidade de conseguir cobrar a um cliente estrangeiro uma dívida de 11.250 euros.

Na rubrica de **outros gastos e perdas**, o valor subiu face ao ano transato em 146% e deve-se em grande medida à necessidade de corrigir registos de anos anteriores, impostos, quotasções, etc.

Quanto às **amortizações**, registaram uma duplicação, tendo em consideração que foram realizados investimentos tecnológicos para o projeto em Moçambique, em portáteis, tablets e GPS essenciais ao projeto.

Desta evolução de ganhos e gastos adveio um **resultado operacional** positivo de 230.867 euros.

Quanto aos **ganhos financeiros**, estes revelaram-se residuais, já que foi um ano de fortes necessidades de tesouraria, uma vez que o nosso principal cliente apenas concretizou a transferência do adiantamento de 30% no ano transato (2018), não tendo havido qualquer pagamento ao longo de 2019.

O esforço de financiamento a curto prazo, teve fortes implicações nos juros e gastos similares, já que o financiamento de tesouraria em 2019, foi constante e intenso. As despesas bancárias, relacionadas com garantias bancárias, também penalizaram fortemente esta rubrica.

No ano de 2019, alcançamos um **Resultado Antes de Impostos** positivo de **95.152 euros**, em grande parte alicerçado nos excelentes Resultados Operacionais.

A rubrica de impostos foi, este ano, fortemente afetada, já que para além dos impostos "regulares" (o IRC, derrama, tributação autónoma), foram acrescentados os impostos relativos à retenção dos pagamentos provenientes do estrangeiro, totalizando esta rubrica o valor de 198.799 euros, o que originou um **Resultado Líquido negativo** de **103.647 euros**.

Apesar de estarmos perante um resultado líquido negativo, este deriva não de uma questão estrutural ou de uma ineficaz gestão operacional, mas sim da elevada carga fiscal registada. Com nota extremamente positiva, destaca-se o facto dos **Resultados Antes de Impostos se afigurarem positivos, não concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade.**

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Volume de Negócios	3.523.858	3.772.485	4.339.529	3.876.624	7%	15%
Rentabilidade das Vendas	0,28%	0,16%	-2,39%	-0,65%	-43%	-1.570%
EBIT (Resultado Operacional)	90.936	195.126	230.867	172.310	115%	18%
Resultado Líquido	9.920	6.093	-103.647	-29.211	-39%	-1.801%
Cash Flow Líquido	174.869	214.139	334.876	241.295	22%	56%

Unidade: Euro

Volume de Negócios - Apresenta o melhor registo de sempre da empresa, motivado pelo projeto de Moçambique. Este valor registou um incremento de 15% face ao ano transato.

A **Rentabilidade das Vendas (RLVN)** é negativo, já que a nível nacional os concursos são lançados invariavelmente pelo preço mais baixo, não valorizando aqueles que apresentam uma maior valia técnica, conduzindo a margens baixíssimas. Este indicador, foi fortemente penalizado pela rubrica de impostos, em particular os não correntes.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) - Pelo sexto exercício económico consecutivo, os **resultados operacionais revelam-se positivos**, tendo subido face ao ano transato 18%, com o valor de 230.867 euros.

O resultado alcançado e sobretudo pela consistência revelada nos últimos anos, confere sustentabilidade e futuro à sociedade.

Resultado Líquido - o resultado líquido apresenta-se negativo, sobretudo pelos impostos registados. Para além da carga fiscal corrente, houve que registar retenção de valores por transferências desde o estrangeiro, o que originou a passagem de um resultado antes de impostos positivo, para um resultado líquido negativo de 103.647 euros.

Cash Flow Líquido - representa os meios monetários que a sociedade é capaz de libertar e que, neste caso, apresentam-se elevados, com um crescimento de 56% face ao ano transato, libertando 334.876 euros para novos investimentos.
O valor é decomposto pelo somatório do resultado líquido, amortizações e provisões.

INDICADORES DE GESTÃO

	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	103.643	117.890	114.198	111.910	14%	-3%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	93	75	163	117	19%	-144%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	81	142	162	128	-75%	-14%

Unidade: Euro

Prazo Médio de Pagamento (PMP) - o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 163 dias, tendo piorado este indicador pelas razões já anteriormente relatadas.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) - A deterioração do número de dias médio de recebimento resulta do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que originou, em média, que a Município receba a 162 dias, levando a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano de 2019, com consequências diretas no nosso atraso de pagamentos, como se pode constatar no indicador anterior.

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) - sofreu um decréscimo residual de -3%, uma vez que o número de funcionários contratados subiu mais do que proporcional ao crescimento do volume de negócios.

O número de funcionários a 31 de dezembro era de 38 (crescimento de 19% face ao ano transato) e o volume de negócios cresceu 15%. Ainda assim, cada funcionário gerou, teoricamente, 114.148 euros de volume de negócios.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) - embora se tenha verificado um aumento do ativo de curto prazo fruto dos créditos sobre clientes, o passivo de curto prazo subiu mais que proporcional, originando momentaneamente uma redução da liquidez geral para a paridade.

	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Liquidez Geral	2,00	2,68	0,96	1,88	34%	-64%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

	2017	2018	2019	Média	Var 17-18	Var 18-19
Autonomia Financeira	74,00%	67,40%	51,60%	64,33%	-2,4%	-23,4%
Solvabilidade	3,32	4,26	1,20	2,93	-18,4%	-71,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,30%	0,18%	-3,23%	-0,52%	26,2%	-1.873%

Autonomia Financeira (CP/AT) - verifica-se um decréscimo de 23% face ao ano transato, sendo explicado pelo aumento de 25% do ativo e a redução de 4% no capital próprio da sociedade.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) - Ao longo do ano, foi necessário recorrer a financiamento de curto prazo, tendo em consideração que o principal cliente em Moçambique, desde 31.12.2018 não promoveu qualquer transferência para o projeto. O reequilíbrio de tesouraria, alicerçou-se no financiamento em fornecedores e na banca, o que originou um incremento do passivo de forma significativa, enquanto que o capital próprio apenas sofreu uma redução de 4%. Esta situação, originou e justifica a quebra deste indicador em 72%, situação que será revertida no primeiro semestre de 2020.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) - tendo em consideração os resultados líquidos negativos e praticamente a manutenção do valor dos capitais próprios, a rentabilidade passou a ser, em 2019, de -3,23%.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade alcançou nos últimos cinco exercícios económicos, Resultados Antes de Impostos, positivos, situação que se voltou a verificar em 2019.

LEGAIS	Lei 50/2012					
	2014	2015	2016	2017	2018	
Índice de Equilíbrio de Contas	17,27%	80,27%	22,13%	27,36%	179,21%	90,75%

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2019, não resultará qualquer transferência de reequilíbrio, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 95.152 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2019, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refere-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaladeira (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

ACIONISTAS

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da participação, €	% de part. inicial	% de part. atual	Constituição Financeira				2017/12/31 e 10
					2008	2009	2018	2019	
Mun. de Oeiras	367.840	1.831.521,82	56,71%	50,23%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	21.022	104.939,98	4,76%	4,99%	0,00	0,00	0,00	2.198,24	0,00
Mun. de Maia	30.108	150.199,00	4,64%	4,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Figueira da Foz	15.000	74.800,00	2,31%	2,41%	4.478,90	13.955,86	14.976,07	29.602,22	195,76
Mun. de Beira	15.000	74.800,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santarém	15.000	74.800,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.840,00	2,10%	2,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Região do Tejo	10.500	51.800,00	1,50%	1,57%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.000	24.900,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Assoc. para o Des. de Bales Guadiano	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. de Anápolis	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. de Évora	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. de Lages	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lameira	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Marçabal	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.952,02	5.534,07	198,59
Mun. de Paredes de Ferreira	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Serôá	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.900,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Bastos	1.908	9.070,02	0,28%	0,29%	892,50	1.111,12	1.208,08	1.291,99	-47,74
Assoc. de Mun. de Vale do Douro Norte	1.202	5.957,96	0,18%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,56	0,15%	0,16%	295,43	928,09	1.002,40	1.014,44	30,88
Mun. de Porto da Barca	1.004	5.009,56	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	80,80

10
A

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da participação, €	% de part. total	% de part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 19
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.309,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	39,80
Assoc. de Mun. FÉFICA	1.002	4.999,09	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Fomido	1.002	4.999,98	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	1.002	4.999,98	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.002	4.999,98	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João de Matos	1.002	4.999,98	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	39,68
Mun. de Aguiar Brãea	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góti	999	4.985,01	0,17%	0,19%	297,96	523,47	997,41	1.904,91	39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Guarda	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,17%	0,19%	297,96	523,47	997,41	1.904,91	39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,17%	0,19%	297,96	523,47	997,41	1.904,91	39,68
Mun. de Odivos	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Fátima	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,17%	0,19%	297,96	523,47	997,41	1.904,91	39,68
Mun. de Santa Maria Parróquia	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,17%	0,19%	297,96	523,47	997,41	1.904,91	39,68
Mun. de Sernanulhe	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trás-os-Montes	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	39,68

10
A

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da participação, €	% de part. total	% de part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 19
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Paços	999	4.985,01	0,17%	0,19%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	197.253,94	4,22%	N/A	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
TOTAL	948.833	3.236.878,87	100%	100%	15.569,36	52.876,87	58.110,14	120.801,00	-2.471,95

Situação	2008	2009	2010	2013	2011/12/14/19		Total
					15/16/17/18/19	Total	
Valores Liquidados	177.809	546.714	569.468	1.116.022	-22.715	2.407.297	
Valores em Dívida	15.569	52.876	58.110	120.801	-2.471	244.886	
Total	193.378	600.590	627.578	1.236.823	-25.186	2.652.183	

10
A

2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2019, no valor de -103.647,02 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transfidos".

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luis Miguel Roqui Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas. Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Coiras, 28 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

Fernando da Nascimento Trigo

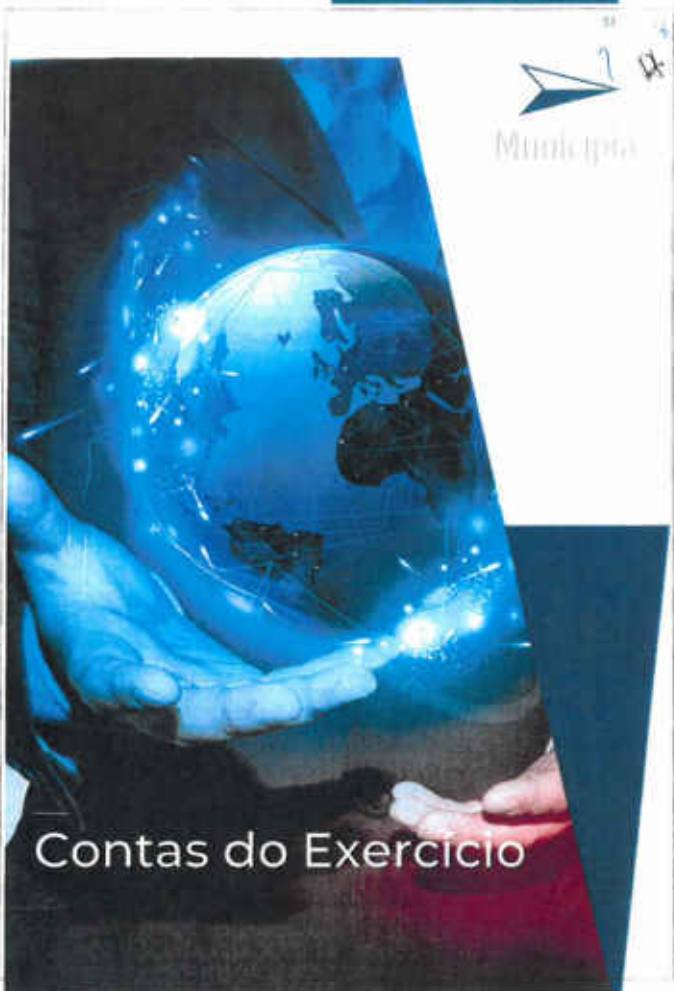
Fernando da Nascimento Trigo - Presidente

Rui Manoel da Graça Coias

Rui Manoel da Graça Coias - Administrador

João Pedro Brito da Silva

João Pedro Brito da Silva - Administrador



3 | Contas do exercício

- > Balanço
- > Demonstração de Resultados por Naturezas
- > Demonstração de Resultados por Funções
- > Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- > Demonstração de Fluxos de Caixa

MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO
Período Encerrado em 31.12.2019
Mostrando valores em mil Contos

SUBCATEGORIA	NOME	DADOS	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos não tangíveis	100	1.810.531,76	2.138.244,34
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	610	10.081,84	17.849,99
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - incluindo de especial note patrimonial		0,00	0,00
Outras participações financeiras (participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outras participações financeiras (Aquisições/décimos)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		6.987,94	5.942,41
Ativos por impostos diferidos	11	2.762,43	29.892,02
		2.890.793,79	3.291.791,76
Ativo corrente			
Intercâmbios		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.021.452,61	1.496.046,31
Estados e outros entes públicos		17.862,20	31.371,48
Capital subscrito e não realizado (Aquisições/décimos)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (diferenças de formação)		26.932,24	27.734,78
Outros créditos a receber (demais contas a receber)	14	2.227.571,17	913.321,27
Diferimentos		131.738,80	123.851,28
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	15	79.545,81	239.412,20
		4.286.692,10	4.763.836,67
Total do ativo		7.177.485,89	8.055.628,43

[Handwritten signatures and initials are present below the table.]

MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO
Período Encerrado em 31.12.2019
Mostrando valores em mil Contos

SUBCATEGORIA	NOME	DADOS	
		31-12-2019	31-12-2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital subscrito (Capital)		2.218.478,57	2.203.678,17
Ações (quotas) próprias		264,38	264,88
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Reservas de reserva		0,00	0,00
Reservas legais		11.480,68	12.123,81
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transferidos:			
Excedentes de reavaliação		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		168.897,83	6.069,29
		2.387.620,98	2.249.841,95
Total do capital próprio		2.387.620,98	2.249.841,95
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	4.892,14	0,00
Financiamentos obtidos		16.282,12	2,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	11	137.825,12	0,00
Outras dívidas a pagar (demais contas a pagar)		0,00	0,00
		148.999,36	2,00
Passivo corrente:			
Formações		1.218.811,63	188.868,00
Ajuntamentos de dívidas		232,72	0,00
Fornecedores e outros entes públicos		1.202.894,02	108.263,84
Financiamentos obtidos	15	885.854,90	75.751,89
Outras dívidas a pagar (Aquisições/décimos)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (demais contas a pagar)		215.410,47	183.075,71
Diferimentos		131.516,51	828.177,43
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		2.789.269,65	2.404.816,47
Total do passivo		2.938.590,63	2.454.658,42
Total do capital próprio e do passivo		5.326.011,61	5.704.480,37

[Handwritten signatures and initials are present below the table.]

MUNICIPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31.12.2019

Rubricas	Analisar	2019	
		31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	4.532.518,75	3.772.483,43
Subsídios e comparticipações	13	96.422,41	0,00
Outros produtos		2,00	0,00
Ganhos/Prejuízos líquidos de subdiâmites, subvenções e empréstimos e outros recursos		0,00	0,00
Trocas no âmbito da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Lucros (perdas) com a venda de stocks e outros bens		0,00	0,00
Resultados com o período	14	4.628.941,16	3.772.483,43
Imparidade de investimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (reversões/reduções)		4.802,23	0,00
Imparidade de investimentos não de produção/rendimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e gastos		323.744,30	81.902,10
Outros gastos e períodos		212.576,50	-45.017,10
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		494.869,93	367.885,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		494.869,93	367.885,00
Lucros e resultados financeiros líquidos		768,44	21.748,43
Ganhos e gastos com a venda de stocks		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		768,44	21.748,43
Imposto sobre o rendimento do período		338.738,18	133.053,13
Resultados líquidos do período		429.700,26	8.695,30
Resultado das atividades descontinuadas (ver nota de esclarecimento sobre as atividades descontinuadas)		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

Rubricas
João Luís
François
Luís
João

MUNICIPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N.º 1

Período findo em 31.12.2019

Rubricas	2019		Rubricas	2018	
	Início	Fim		Início	Fim
Capital próprio					
Capital autorizado					
Capital em reserva					
Capital em caixa					
Total					
Reservas					
Reserva legal					
Reserva de administração					
Reserva para investimentos					
Reserva para outros fins					
Total					

Rubricas
João Luís

MUNICIPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31.12.2019

Rubricas	Analisar	2019	
		31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	4.532.518,75	3.772.483,43
Subsídios e comparticipações	13	96.422,41	0,00
Outros produtos		2,00	0,00
Ganhos/Prejuízos líquidos de subdiâmites, subvenções e empréstimos e outros recursos		0,00	0,00
Trocas no âmbito da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Lucros (perdas) com a venda de stocks e outros bens		0,00	0,00
Resultados com o período	14	4.628.941,16	3.772.483,43
Imparidade de investimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (reversões/reduções)		4.802,23	0,00
Imparidade de investimentos não de produção/rendimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e gastos		323.744,30	81.902,10
Outros gastos e períodos		212.576,50	-45.017,10
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		494.869,93	367.885,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		494.869,93	367.885,00
Lucros e resultados financeiros líquidos		768,44	21.748,43
Ganhos e gastos com a venda de stocks		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		768,44	21.748,43
Imposto sobre o rendimento do período		338.738,18	133.053,13
Resultados líquidos do período		429.700,26	8.695,30
Resultado das atividades descontinuadas (ver nota de esclarecimento sobre as atividades descontinuadas)		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

Rubricas
João Luís
François
Luís
João

MUNICIPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N.º 2

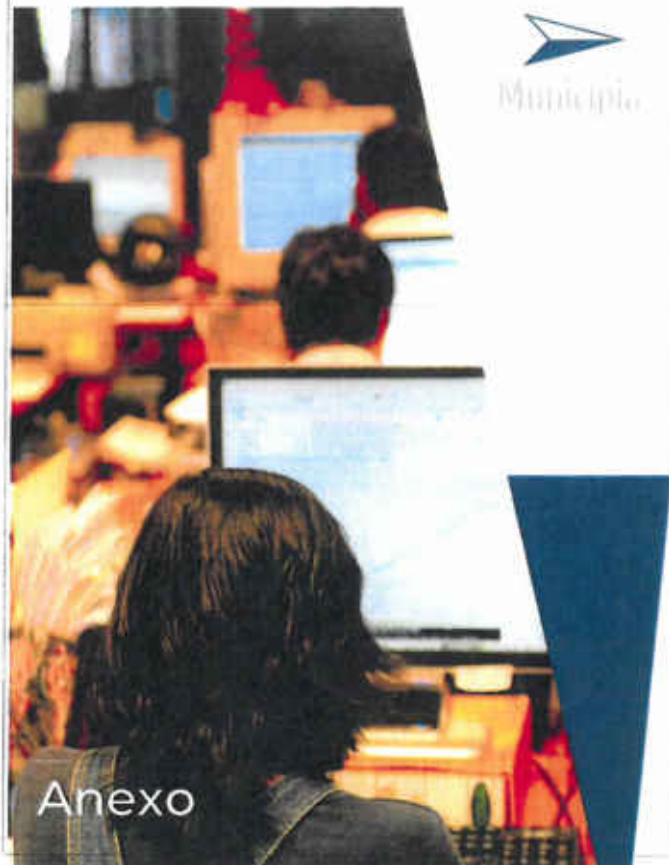
Período findo em 31.12.2019

Rubricas	2019		Rubricas	2018	
	Início	Fim		Início	Fim
Capital próprio					
Capital autorizado					
Capital em reserva					
Capital em caixa					
Total					
Reservas					
Reserva legal					
Reserva de administração					
Reserva para investimentos					
Reserva para outros fins					
Total					

Rubricas
João Luís

Rubricas	Montantes	
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	30.12.2019	30.12.2018
Recebimentos de clientes	333.497,74	327.927,77
Pagamentos a fornecedores	(233.476,84)	(232.894,28)
Pagamentos ao pessoal	(77.780,29)	(81.883,08)
Caixa gerado pelas operações	82.230,61	49.950,41
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento	(197.456,66)	(179.991,89)
Outros recebimentos/pagamentos	(123.811,84)	(65.797,20)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(138.037,89)	(135.832,68)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Permutas, respetivamente:		
Ativos tangíveis	(71.374,21)	(74.449,30)
Ativos intangíveis	(4.800,00)	(1.612,75)
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Permutas, respetivamente:		
Ativos tangíveis	(40.126,23)	(4.133,23)
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	(54,44)	(21.746,69)
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(116.356,68)	(101.936,32)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Permutas, respetivamente:		
Financiamentos obtidos	(2.011.346,31)	(894.346,31)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	(2.492,71)
Colheita de prémios	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Permutas, respetivamente:		
Financiamentos obtidos	(2.011.346,31)	(894.346,31)
Juros e gastos similares	(21.821,40)	(3.836,04)
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(2.033.167,71)	(902.182,35)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(2.127.074,17)	(1.187.014,63)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	(229.413,32)	652.291,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(1.306.343,15)	(535.276,50)

[Assinatura]



Anexo

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2019

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Conceptual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.
- Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:
Na conta 281 - Gastos diferidos, o valor de 101.718,80 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.
Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 337.619,31 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.
Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 1.316.630,80 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.
Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 187.166,88 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.
- Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 4.266,43 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro. Foram reconhecidos impostos diferidos passivos no montante de 137.805,10 euros, tendo por base a estimativa de retenções de impostos

futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à colecta Projecto Moçambique. Retenção estimada referente a valores facturados e ainda não pagos/retenção por fazer em Moçambique.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-1/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos.

j) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios de avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 - Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	287,36
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	28.248,57
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	28.535,93

Unidade: Euro

5 - Partes relacionadas:

5.1 - Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 138.199,48 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3 - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2019
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	900,00	0,00

Unidade: Euro

6 - Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis não tiveram nenhum registo de investimento, no ano de 2019.

Ativos Intangíveis	Valores Brutos						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ deprec. venda	Reval. Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	14.800,00	-14.800,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos Intangíveis	722.151,53	14.800,00	-14.800,00	0,00	0,00	0,00	722.151,53
Ativos Intang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos pronta-para-Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	104.001,63	21.964,34	-14.800,00	0,00	71.205,97
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos Intangíveis	104.001,63	21.964,34	-14.800,00	0,00	71.205,97
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos pronta-para-Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ deprec. venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.085,44
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.085,44
Ativos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos pronta-para-Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 - Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 75.571 euros, no ano de 2019. Destes investimentos, 15.693 euros referem-se à equipamento básico necessário para projetos que estão a decorrer e 59.878 euros para equipamento de transporte.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, material informático e GPS à consorciada do projeto Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento - Rduats em Moçambique.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ deprec. venda	Reval. Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terras e recursos naturais	395.667,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395.667,39
Edifícios e outras construções	1.198.252,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.252,09
Equipamento básico	2.253.814,44	111.298,18	-218.536,74	0,00	0,00	0,00	122.933,66	2.268.585,54
Equipamento de transporte	230.804,00	32.878,00	-24.674,08	0,00	0,00	0,00	0,00	239.007,92
Equipamento administrativo	116.211,89	0,00	-371,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.840,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.716,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.716,72
Ativos fixos tangíveis	4.191.311,65	171.176,23	-243.581,82	0,00	0,00	0,00	122.933,66	4.341.837,72
Ativos fixos tangíveis em curso	122.933,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.933,66	0,00
Ativos pronta-para-tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ deprec. venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	438.574,43	33.368,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471.942,43
Equipamento básico	1.498.847,34	316.710,52	-181.280,82	0,00	0,00	0,00	1.634.277,04
Equipamento de transporte	116.211,89	47.083,36	-14.304,99	0,00	0,00	0,00	148.989,26
Equipamento administrativo	113.272,36	96,72	-371,00	0,00	0,00	0,00	113.998,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.713,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.713,73
Ativos fixos tangíveis	2.179.620,75	478.068,60	-383.744,81	0,00	0,00	0,00	2.363.944,54
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos pronta-para-tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Não Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alezações	Tp. p/ amort. p/ venda	Al. Reversões	Saldo Final	Valor Líquido
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369.427,29
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	734.426,35
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.214,35
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.463,57
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.028,41
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos não tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.839.130,76
Ativos não tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos. gto na Ativos tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.839.130,76

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

B - Locações Financeiras

Locação financeira

ITEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÉBITA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	662.500,00	662.500,00	0,00

Unidade: euros

Valor de ativo registrado

ITEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	662.500,00	627.101,69	235.398,31

Unidade: euros

9 - Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2019, estávamos a utilizar 297.500 euros em contas correntes caucionadas e 663.950,42 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	88,16
Juros de outros financiamentos	24.454,25

Unidade: euros

10 - Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 431.632,29 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 - Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2019	329.950,12
Reversão	0,00
Utilizações	0,00
imparidade do exercício	11.250,00
Saldo final a 31-12-2019	341.200,12

As perdas por imparidade, ajustamentos, provisões em clientes foram, em 2019, de 11.250 euros registadas ao nível da Demonstração de Resultados. Todavia foi registada mais uma de 32.000 euros através de resultados transitados, uma vez que as convicções e incertezas de recuperarmos esse valor, tendo em conta os anos já decorridos, são cada vez maiores. Embora nada de diferente tenha ocorrido em 2019, ao longo do tempo parece improvável virmos a receber aquela quantia o que leva a concluir à administração e ao órgão de fiscalização, que é bastante improvável a sua recuperação.

O registo desta forma justifica-se tendo por base as NCRFs, sobre erros que referem em determinadas circunstâncias que seja contabilizado em Resultados Transitados determinadas situações de alterações contabilísticas ou estimativas.

De acordo com o normativo, bem como o POC versus SNC explicado de Paula Franco (OTOC, atual bastonária da OCC) na conta de gastos regista-se apenas os gastos do período, pelo que não se crê que se deva registar nas mesmas o efeito de tais alterações.

Assim, tendo em conta que as normas referem:

1. Que na introdução do SNC os ajustamentos de transição foram contabilizados em contas de capital;
2. Que no modelo o normativo prevê que as alterações de políticas contabilísticas devam ser registadas em contas de capital, resultados transitados;
3. Que segundo a estrutura conceptual os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados com base numa associação direta entre os custos incorridos e a obtenção de rendimentos específicos;
4. Que nas normas sobre as alterações de Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros indiretamente indicam que não se deve colocar em gastos do período ajustamentos referentes a períodos passados e que se deve

efetuar alterações nas políticas contabilísticas de forma retrospectiva, até ao ponto que seja praticável e justificável;

5. Que a correção de um erro de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é descoberto;
6. Que quando for impraticável determinar a quantia de um erro na aplicação de uma política contabilística para que a informação comparativa, deva só aplicar-se a partir da data em que tal seja praticável;
7. Que em algumas circunstâncias, torna-se impraticável ajustar informação comparativa para um ou mais períodos anteriores para conseguir comparabilidade para o período corrente;
8. Que podem não ter sido coligidos dados no(s) período(s) anterior(es) de uma forma que permita a aplicação retrospectiva de uma nova política contabilística;
9. Que, não deve ser usada percepção ao aplicar uma nova política contabilística a, ou ao corrigir quantias para, um período anterior, quer ao fazer suposições sobre quais teriam sido as intenções do órgão de gestão num período anterior, quer ao estimar as quantias reconhecidas, mensuradas ou divulgadas num período anterior.

E, tendo em conta:

1. Que não se consegue determinar o ano e o valor concreto por cada ano anterior, mas tendo sido transmitido pela empresa a perfeita consciência que tais situações não dizem respeito ao ano em curso;
2. Que as perdas de imparidade não resultam direta e unicamente da aplicação dos critérios utilizados;
3. Crê-se que a melhor forma de apresentar contas o mais concretas e elucidadoras da empresa passa por contabilizar todas as alterações contabilísticas e estimativas materialmente relevantes fora dos gastos do período.

Neste sentido, optou-se por registar em resultados transitados.

12 - Rédito

No ano de 2019, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 4.339.529 euros.

Neste valor estão incluídos 1.316.631 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 336.109 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2019, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2019, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 88.433 euros provenientes da parceria com a Lisboa e-Nova, para o desenvolvimento do projeto Sois.

14 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 6.890,26 euros.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	0,00	6.890,26	0,00	6.890,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euro

15 - Impostos sobre o rendimento

Prejuízos fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar
		2017	2018	2019	2019	
2014	44.355,02	0,00	0,00	44.355,02	0,00	0,00
2015	97.982,50	0,00	0,00	77.666,18	0,00	20.316,32
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	142.337,52	0,00	0,00	122.021,20	0,00	20.316,32

Unidade: euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2014	44.355,02
2015	97.982,50
2019	-122.021,19
TOTAL	20.316,33

Unidade: euros

(Taxa de IRC 21%): 4.266,43 euros

Sub-Total do imposto diferido: 4.266,43 euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2017	0,00
2018	0,00
2019 *	137.805,10
Sub total do imposto diferido	137.805,10

* Projeto de Moçambique. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos / retenção por fazer em Moçambique

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	3.711,70
2017	0,00
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
TOTAL	3.711,70

Unidade: euro

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

PEC perdidos no final de 2019: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2019: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2019: 122.021,19 euros

Existem 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que corresponde de impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros.

Para além disso, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 3.711,70 euros, tendo-se perdido 0 euros neste exercício.

Neste exercício foram utilizados parcialmente os prejuízos fiscais de 2014 e 2015, no montante de 122.021,19 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 20.316,32 euros e podendo ser utilizado até 2027.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	10.981,91
Tributações Autónomas	21.772,39
Derrama	2.614,50
Impostos Diferidos	163.429,55
TOTAL	198.798,35

Unidade: euro

Impostos diferidos:

137.805,10 a)

25.624,45 (29.890,88-4.266,43) b)

163.429,55 (Impostos diferidos)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções de Impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção estimada referente a valores faturados e ainda não pagos/retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções que trã ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção relacionada com rendimentos do exercício, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercício através do lançamento de impostos diferidos passivos.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercício. Ou seja, em exercícios anteriores existiram prejuízos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No início do exercício, estavam por deduzir 29.890,88 euros da estimativa e no final do exercício ficaram por deduzir 4.266,43 euros. Assim, no exercício atual, tendo existido matéria tributável foi utilizada a estimativa.

Foi estimado o valor do imposto referente à retenção a efetuar pela Município M2 no montante de 137.805,10 euros, referente ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta de 10% sobre o montante de 1.378.050,96 euros, em virtude de já ser favelmente mensurável à data de encerramento destas contas.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e

como tal melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercícios e aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores e impostos diferidos, dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, segundo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

No ano transato, no âmbito do projeto de Regularização de Ocupações de Terras na Província de Namíbia, de 144.714 títulos de DUAT, não tinha sido feita nenhuma transferência e não tendo sido possível, de forma fiável e mensurável, saber qual o valor a reter, não foi feita qualquer retenção. No ano de 2019, a retenção considerada foi de 10%, baseada em acordos de dupla tributação, e atingiu-se uma estimativa de 137.804,10 euros, baseada no total de faturas já emitidas, correspondentes à Município, no valor de 1.378.050,96 euros.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2019:

Um dólar americano (USD) = 0,89286 euros;

Um metical (MZN) = 0,01439 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2019, foi de 38 pessoas.

Em 31.12.2019, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2019 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGISLAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Ativo de Investimento de Longo Prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2018 e 2019:

Descrição	2018	2019
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	7.321,32	1.426,56
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	244.885,92	244.885,92
Projetos Realizados a Faturar	624.834,98	1.316.630,80
Devedores Acresc. Rend. - Outros	739,71	0,00
Club M	44,00	4,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	7,48	2,12
MCV Integração movimentos	-84.357,78	0,00
MCV transferências e pagamentos	84.357,72	0,00
MCV outros devedores e credores	0	0
MZ outros devedores e credores	0	661.144,88
Outros devedores e credores	1.810,40	1.810,40
Tarefeiros	207,62	196,74
Perdas Imparidades acumuladas	0,00	-32.000,00
Total	913.321,22	2.227.571,27

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 244.885,92 euros, que estão devidamente detalhados em capítulo específico, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

O projeto Rituais, que se encontra praticamente terminado, apresenta como principal ponto crítico o atraso no pagamento por parte do cliente, que apenas concretizou até 31.12.2018 (ano anterior) 30% do valor do contrato. Esta situação, originou ao longo do ano de 2019, dificuldades acrescidas de financiamento de tesouraria, que foram coimadas, através de financiamento de curto prazo, bem como financiamento em fornecedores. Ao longo de 2019, foi necessário recorrer a adiantamentos da Município para a consorciada.

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único da MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2019.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releve-se o seguinte:

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que as ênfases apresentadas na certificação legal de contas são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2019 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis:

- O relatório de gestão e contas de 2019.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 20 de Março de 2020

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.
Representada por
João dos Santos Silva (ROC n.º 383)

Município MZ, Lda de modo a evitar o incumprimento do contrato ou a interromper o projeto, o que levaria a desmobilização de equipas, levantamento de equipamentos e encerramento de escritórios alugados, com um agravamento de custos para o projeto. Como consequência da falta de pagamento por parte do Fundo Nacional de desenvolvimento Sustentável - FNDS, a consorciada, Município MZ, entrou em rotura de tesouraria em diversas situações, o que originou inclusive a impossibilidade de usar a sua conta bancária. Neste cenário, a Município, supriu despesas urgentes do consórcio, via a sua consorciada, tendo inclusive recorrido a transferências de adiantamento para o gerente da sociedade, devidamente registadas, que permitiram manter a atividade mínima da sociedade, sendo neste momento a Município credora no âmbito do consórcio.

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da empresa.

Deiras, 28 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração

Fernando do Nascimento Frigo - Presidente

Rui Manoel da Graça Coias - Administrador

João Pedro Brito da Silva - Administrador

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 que evidencia um total de € 217 486 euros e um total de capital próprio de 3 207 300 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 103 547 euros; as Demonstrações de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materiais a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem pôr em causa a opinião emitida e adicionalmente às informações constantes do anexo, consideramos de importância para a compreensão das demonstrações financeiras, relevar as matérias seguintes:

- a- A rubrica de activo "Outros créditos a receber, inclui 244 886 € de dívidas de acionistas relativas à cobertura dos prejuízos nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, suportados em exercícios compreendidos no período de 2008 a 2013. Acresce, que no âmbito das diligências desenvolvidas pela Município para a cobrança do valor referido, o Tribunal

Administrativo e Fiscal de Coimbra proferiu decisão procedente ao incumprimento de um dos acionistas devedores.

Dado a antiguidade da mora e tendo em atenção a referida decisão judicial, consideramos ser necessário o adequado esclarecimento desta matéria pelas entidades apropriadas, dada a sua relevância no financiamento da empresa e para que, caso aplicável, sejam efectuados os ajustamentos contabilísticos que se revelarem adequados.

- b- O projecto em execução em Moçambique relativo à regularização da ocupação de terras na provincia de Nampula, com contrato celebrado com entidade pública, pela sua elevada dimensão e pelas condicionantes que o afectam com possíveis efeitos sobre a situação financeira da Município, suscita as considerações seguintes: (i)- Em 31/12/2019 está executado em cerca de 77% e contribuiu com cerca de 43% para o volume de negócio desse exercício; (ii)- O projecto está contratualizado na divisa de Moçambique, o MZN, tendo-se verificado atrasos na cobrança dos valores facturados e dificuldades no câmbio dessa divisa para o euro, factos que têm originado um significativo esforço financeiro da Município para assegurar a execução do projecto, que, em grande parte, estão na origem do endividamento bancário a que a Município teve de recorrer; (iii) - Aos factos referidos em (i) acrescem riscos de variação da taxa de câmbio.
- c- Pela sua relevância como evento subsequente às demonstrações financeiras de 2019 e com base na informação que recolhemos, consideramos não ser ainda possível avaliar os possíveis impactos do COVID 19 derivado à sua imprevisibilidade quanto à extensão e à duração.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias e

Diz & associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
 Avenida da República, 100 - 1050-001 Lisboa
 Telefone: +351 21 313 10 00 Fax: +351 21 313 10 01
 E-mail: info@agn.pt

avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação de informação e divulgação de informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte íntima auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro; dado que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão, do pressuposto de continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de Março de 2020

Diz & associados - SROC, Lda
 Representada por
 Joaquim dos Santos Silva,
 ROC n.º 383

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

1. Atribuições da Entidade, Organograma e Identificação dos Responsáveis.

A **Município** nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG.

Hoje em dia as suas áreas de atuação são: Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Apresenta atualmente o seguinte organograma:



A Administração é composta pelo Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos. Existe um Diretor Geral e cinco direções, são elas: Direção

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

[38.737182, -9.304986]



8

de Cartografia e Cadastro, Direção de Novos Negócios, Direção de Engenharia e Infraestruturas, Direção de Inteligência Espacial e Direção Administrativa e Financeira. Para além das direções já mencionadas existe ainda um Departamento da Qualidade.

Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Unidade Orgânica	Risco		
	Elevado	Moderado	Diminuto
Administração			X
Direção Geral		X	
Direção de Cartografia e Cadastro		X	
Direção de Novos Negócios		X	
Direção de Engenharia e Infraestruturas		X	
Direção de Inteligência Espacial		X	
Direção Administrativa e Financeira		X	

Embora todos os processos de aquisição se processem no âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, poderão existir riscos a montante, ou seja na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

Todas as faturas de despesa, são alvo de verificação por mais do que um interveniente no processo de validação, são previamente autorizadas, em função do valor, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Administração.

2. Medidas Preventivas aos Riscos

Os riscos identificados, apresentam uma probabilidade moderada ou mesmo diminuta de ocorrerem ações de corrupção ou infrações, tendo em conta a materialidade das aquisições efetuadas, bem como à segregação de funções implementada, e sobretudo através do Procedimento de Compras PQ.DAF.002 (incluído no Sistema da Gestão da Qualidade). *Ver em anexo.*

O controlo Interno implementado, a pequena dimensão da empresa, a reduzida relevância das suas aquisições, bem como as constantes auditorias financeiras realizadas validadas pelo Revisor Oficial de Contas, as Auditorias ao Sistema de Gestão, bem como o acompanhamento efetuado por parte dos Acionistas, são o garante da monitorização contínua, efetuada às infrações que possam conduzir à corrupção.



[38.737182, -9.304986]



3. Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e Eventual Correção das Medidas Propostas

No final de cada ano, tendo por base as oportunidades de melhoria apresentadas por todos os empregados da empresa, será realizado, caso se justifique, pelo Departamento de Qualidade um Relatório das Ocorrências que possam potenciar o risco de infração ou corrupção. Este Relatório apresentará medidas corretivas ou preventivas, a este plano em função da dinâmica da organização.




Oeiras, 07 de março de 2018

Fernando Trigo,
Presidente do Conselho de Administração,

NB: O presente documento foi realizado, tendo por base o Guião Disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, devidamente adaptado à dimensão, características e realidade da Município.

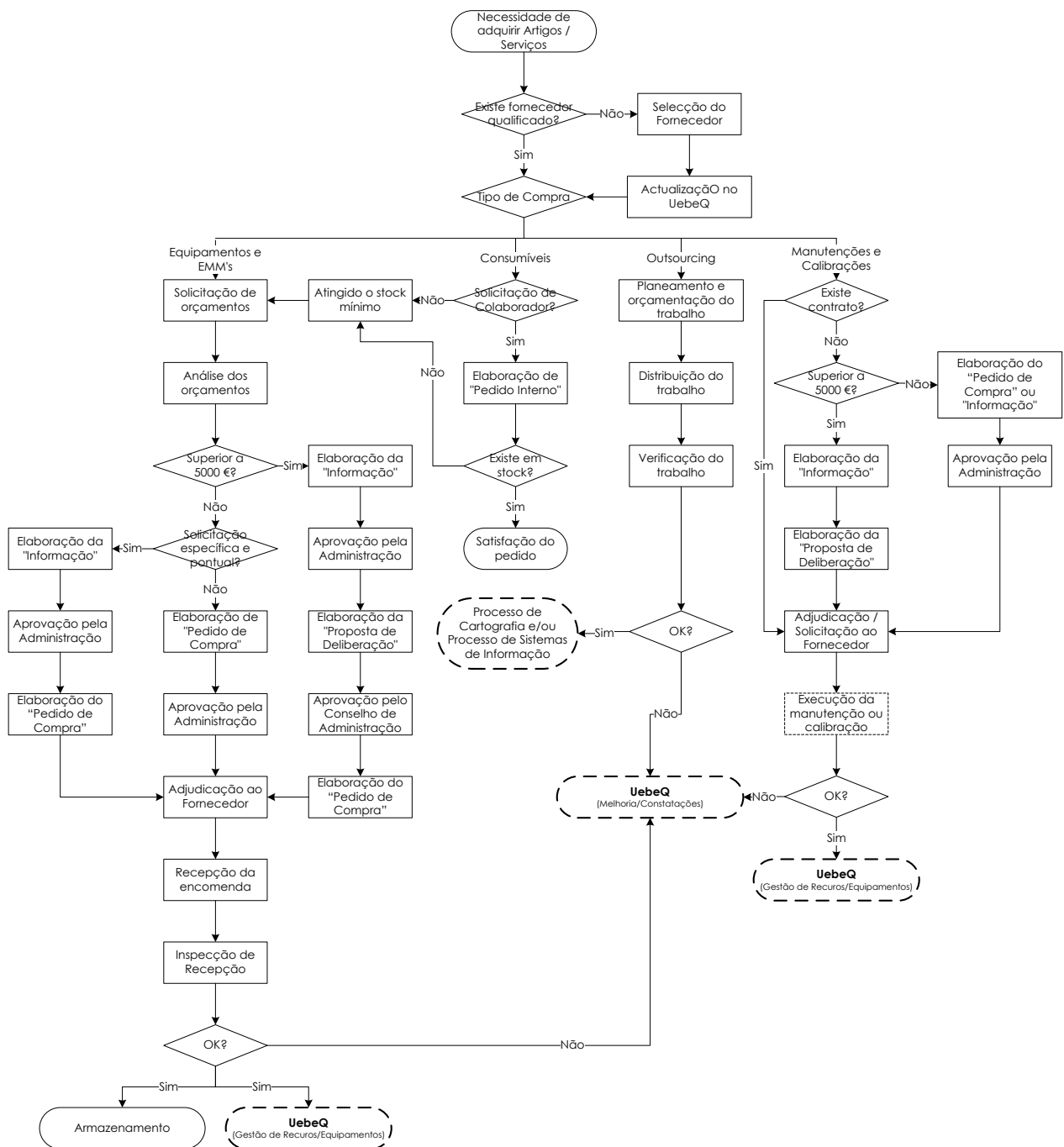
[38.737182, -9.304986]


	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	1 de 9

1 OBJETIVO

Definir os princípios e regras para as compras que possam afetar a qualidade do serviço a prestar aos Clientes, nomeadamente de consumíveis, equipamentos, equipamentos de monitorização e de medição e serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing, bem como definir o modo de seleccionar e avaliar os fornecedores.

2 WORKFLOW




 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	2 de 9

3 RESPONSABILIDADES

Ação	Conselho de Administração	Diretor Geral	Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro	Responsável de Logística	Responsável da Direção	Responsável do Serviço	Coordenador do Projeto	Qualquer Colaborador
Atualizar no Uebe.Q				●				
Selecionar novos fornecedores				●				
Avaliar os fornecimentos de artigos e serviços				●		●		
Decidir a desqualificação de um fornecedor	●			●				
Definir stocks mínimos de consumíveis			●					
Controlar os stocks mínimos				●				
Solicitar consumíveis ao DAF								●
Solicitar orçamentos a fornecedores				●				
Efetuar encomendas			●	○				●
Proceder à inspeção de receção das encomendas				●		●		
Conferir a Guia/Fatura de Encomenda no ato de receção				●		●		
Armazenar os consumíveis				●		●		
Elaborar a "Informação"						●		
Elaborar o "Pedido de Compra"				●				
Elaborar a "Proposta de Deliberação"			●					
Aprovar "Pedido de Compra.", "Informações" (autorizar)		●	●					
Aprovar a "Proposta de Deliberação"	●							
Solicitar a prestação de serviços de Manutenção ou Calibração			●	●		●		
Solicitar a prestação de serviços de Segurança dos Dados				●		●		
Classificar e distribuir trabalho aos tarefasiros					●		●	
Entregar o "Workflow" e "Lista de Etapas" aos tarefasiros com os requisitos do projeto					●		●	
Verificar o trabalho dos tarefasiros					●		●	

●	Responsável
○	Colabora

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	3 de 9

4 REGISTOS

Identificação	Indexação	Responsável pelo Arquivo	Arquivo Vivo	Arquivo Morto
SAP	Suporte Informático	DAF	2 Anos	8 Anos
Informação	Pasta Informações			
Pedido de Compra	Contabilidade e SAP			
Proposta de Deliberação	Pasta Conselho de Administração			
Orçamentos	Contabilidade e SAP			
Encomendas	Contabilidade e SAP			
Guias de Remessa	Pasta Guias de Remessa			
Contratos com Fornecedores	Pasta IN			
Lista de Etapas das Tarefas	Pasta do Projeto	Responsável da Direção	2 Anos após a conclusão do Projetos	3 Anos
Time Report	Pasta "Time Report"	DAF	2 Anos	8 Anos

5 PROCEDIMENTO

5.1 Definições e Abreviaturas


Artigos: Consumíveis, Equipamentos e EMM's.

C.A.: Conselho de Administração.

DAF: Direção Administrativa e Financeira.

EMM: Equipamentos de Monitorização e de Medição.

SAP: Sistema Integrado de Gestão.

	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	4 de 9

5.2 Fornecedores Selecionados e Avaliados

A Municípia seleciona e avalia os Fornecedores de artigos, serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing que possam afetar a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Os Fornecedores já existentes são considerados Fornecedores Qualificados, Alternativos ou Desqualificados, sendo os novos considerados Pré-qualificados.

O Responsável de Logística, com o conhecimento do Responsável do DAF, controla e atualiza as compras em SAP.

Todas as Encomendas são feitas a Fornecedores constantes da Base de Dados, dando preferência, sempre que possível, aos Fornecedores Qualificados, relativamente aos Fornecedores Alternativos.

5.3 Seleção de Novos Fornecedores

5.3.1. Seleção de Novos Fornecedores

A seleção de um novo Fornecedor cabe ao Responsável do Serviço, ou ao Responsável de Logística, tendo como base os seguintes fatores preferenciais, conforme aplicáveis:


- Preço;
- Qualidade do artigo;
- Prazo de Entrega;
- Assistência Técnica;
- Formação aos Colaboradores;
- Experiência no mercado / área;
- Outros considerados relevantes.

É definido, no momento da consulta ao mercado, e conforme o tipo de Fornecedor em questão, quais os fatores relevantes para a decisão de seleção.

Quando estamos perante o primeiro fornecimento, esse Fornecedor assume a situação de “pré-qualificado”.

Logo que ocorram dois fornecimentos consecutivos com deméritos inferiores ou iguais a 0,5 passam a Qualificados, se em dois fornecimentos consecutivos se registarem deméritos superiores a 0,5, caberá ao Diretor Administrativo e Financeiro e à Administração apreciar a sua continuidade à semelhança ao descrito em 5.4.

A decisão de qualificação de um Fornecedor é registada no Uebe.Q.

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	5 de 9

5.3.2. Seleção de Novos Fornecedores Tarefeiros

A seleção de um novo fornecedor Tarefeiros cabe ao Responsável do Serviço, tendo como base a descrição as aptidões referidas no PQ.DQ.004 e no ponto 5.6.2.

No decorrer da seleção, os critérios prioritários serão a experiência profissional e o saber fazer. O saber fazer está sujeito a uma avaliação de desempenho durante uma semana, num contexto de pré-formação, após o qual ocorrerá a seleção final. Na primeira abordagem com o tarefeiro é sempre solicitado o currículo vitae.

Após a seleção final e uma vez aptos para a execução de tarefas, será entregue à Técnica de Recursos Humanos o IMP.DAF.020 devidamente preenchido para processamento, sendo nesta altura atualizada e inserida em SAP.

5.4 Avaliação dos Fornecedores Qualificados

O Responsável de Logística ou o Responsável do Serviço ou a Gestora da Qualidade, procede à avaliação na plataforma Uebe.Q, do fornecimento de um artigo ou serviço. Optou-se por avaliar os fornecedores, cujo fornecimento seja igual ou superior a 5.000 euros, critério já utilizado na empresa, para outras situações, nomeadamente apreciação pelo Conselho de Administração, face ao valor.

Na própria plataforma eletrónica estão definidos os parâmetros a avaliar, variáveis de acordo com o tipo de fornecedor (tarefeiro ou não).

Em cada fornecimento é calculado o somatório dos deméritos, pelo que um fornecimento conforme é pontuado com zero.

A obtenção de uma pontuação superior a 0,5 em dois fornecimentos consecutivos, implica a análise pelo Responsável do DAF e Administração, provocando a eventual desqualificação do Fornecedor, implicando a sua exclusão da plataforma Uebe.Q.

Para além desta avaliação, o desempenho global de cada Fornecedor também é avaliado trimestralmente e aquando da revisão do Sistema de Gestão da Qualidade.

Esta avaliação, tem como base a média das pontuações dos Fornecimentos, considerando-se:

- Fornecedor Qualificado: Média igual ou inferior a 0,4;
- Fornecedor Alternativo: Média superior a 0.4 e igual ou inferior a 0.8;
- Fornecedor Desqualificado: Média superior a 0.8.

Sempre que um Fornecedor é "Desqualificado", o Responsável de Logística contacta-o, por correio eletrónico, informando-o deste facto.

5.5 Compras de Artigos

	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	6 de 9

O DAF é responsável pela definição de stocks mínimos para os consumíveis, sendo verificados, no mínimo trimestralmente, pelo Responsável de Logística.

Sempre que um Colaborador necessite de consumíveis, requisita-os por correio eletrónico ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Se existir em stock, o pedido é satisfeito pelo Responsável de Logística, após a apreciação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Caso não exista em stock, o DAF desencadeia a sua encomenda ou quando atinge o stock mínimo definido, o Responsável de Logística desencadeia a sua encomenda.

5.5.1 Encomendas

O Responsável de Logística solicita, sempre que possível, três orçamentos aos fornecedores. Quando os orçamentos são anexados, o primeiro indica que é este o selecionado.

Neste pedido será evidenciado a necessidade do Fornecedor informar no seu orçamento qual o prazo de entrega a cumprir.

Se for necessária a descrição do motivo da necessidade da aquisição e do artigo em causa, ou outra considerada relevante, é elaborado o impresso "Informação", ao qual se anexam os orçamentos solicitados.

No caso de solicitações específicas e pontuais, é sempre elaborado o Impresso "Informação" com a identificação do artigo em falta, Fornecedores consultados para solicitação de orçamentos e Fornecedor sugerido para aquisição do artigo.

A "Informação" é disponibilizada ao Administrador para autorização, evidenciada pela rubrica e data no mesmo impresso.


Após autorização, a decisão é comunicada ao DAF, através da disponibilização de cópia do impresso, que elabora o "Pedido de Compra", sendo o original arquivado no dossier de "Comunicações / Informações".

Quando não é necessário o preenchimento da "Informação", é apenas elaborado o "Pedido de Compra", anexando-se os orçamentos, rubricado pelo DAF e disponibilizado ao Administrador para autorização.

Neste caso, o Presidente do Conselho de Administração autoriza a adjudicação no próprio "Pedido de Compra", rubricando-o, ou na listagem de Pedidos de Compra.

O "Pedido de Compra" é elaborado informaticamente no SAP, sendo-lhe atribuído um número de encomenda sequencial.

A adjudicação é posteriormente efetuada, por escrito, pelo próprio Colaborador ou pelo DAF.

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	7 de 9

5.5.1.1 Compras Superiores a 5.000€

Nestes casos, o Responsável do Serviço preenche o Impresso "Informação", disponibilizado ao Administrador para aprovação, com os respetivos orçamentos.

Em caso afirmativo, a "Informação" é entregue ao DAF que elabora uma "Proposta de Deliberação" para apreciação do CA.

A aprovação pelo CA é evidenciada na "Proposta de Deliberação" e registada em Ata de Reunião.

A formalização da aquisição é efetuada através do "Pedido de Compra" de acordo com o definido no ponto anterior, ou por uma comunicação de adjudicação.

5.5.2 Contactos com Fornecedores

Os contactos com Fornecedores, para assuntos relacionados com encomendas, são efetuados pelo Responsável de Logística.

5.5.3 Receção das Compras

Os artigos são rececionados, sempre que possível, pelo Responsável de Logística e/ou pelo requisitante, que compara a encomenda com a respetiva Guia ou Fatura, para além de inspecionar visualmente as condições físicas.

Esta inspeção é comprovada pela rubrica e data de quem a efetuou, na Guia ou Fatura, no campo destinado à conferência, sendo gerada a compra em SAP.


É então dada entrada da Guia ou Fatura no Sistema, identificando-se os valores e o fornecedor em causa.

5.6 Compras de Serviços

5.6.1 Manutenções e Calibrações

As manutenções preventivas encontram-se contratualizadas com os respetivos fornecedores, de modo a definir, entre outros aspetos, a periodicidade da sua realização.

Sempre que sejam necessárias manutenções corretivas ou calibrações de EMM's, é elaborada a "Informação", pelo Responsável do Serviço, quando é necessário explicar o seu motivo, ou

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	8 de 9

apenas o “Pedido de Compra” quando se trata de manutenção de rotina, de acordo com o definido no ponto 5.5.1.

O Responsável do Serviço verifica posteriormente o serviço prestado.

Se necessário, é ainda elaborada, pelo DAF, uma “Proposta de Deliberação”, seguindo-se o definido para as Compras Superiores a 5.000€ (ponto 5.5.1.1).

A quando da necessidade de manutenção de viaturas de *renting/leasing* estas são entregues na oficina uma vez que se encontra contratualmente previsto. Para as restantes situações, é igualmente elaborado o “Pedido de Compra”.


5.6.1.1 Segurança dos Dados

As intervenções ocasionais ao nível da segurança de dados encontram-se contratualizadas.

Existem atualmente dois contratos ativos:

1. No âmbito de qualquer problema ou dúvida relacionada com questões de instalação, configuração, migração, software, entre outros, excluem-se apenas problemas relacionados com Hardware. (Ref. 401903/09 – V02):
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Sistemas Operativos (Windows, HP UX, Solaris, Tru64, SCO, Linux, AIX IBM,...);
 - ii. Aplicações Microsoft (Office, Exchange, SQL, ISA, IIS,..);
 - iii. Aplicações de Outros Fabricantes: (Marshall Software, Mcaffee, CA, Citrix, Symantec, Backup Enterprise, Firewalls, Virtualização, Data Loss Prevention, Compliance,...);
 - b. Este contrato pode ser utilizado a qualquer momento, via presencial ou remota, 24 horas por dia, sendo que o tempo de resposta é de 4 horas (desde que é feito o pedido, até ao início da verificação do problema pelos técnicos - Tecnidata).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

2. Cobertura dos equipamentos de Hardware da Município (Servers, Robot de Backups, Switch Core e Storage) com idade inferior a 5 anos:
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Substituição de peças que possam avariar;
 - ii. Substituição do equipamento se tal for necessário;
 - b. Tempo de resposta aplicado a este contrato é de um dia (NBD).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	9 de 9

5.6.2 Tarefeiros

A decisão da necessidade de subcontratação de tarefeiros é decidida pelo Responsável do Serviço, em conjugação com a Administração. Após a decisão tomada, o Responsável do Serviço contactará os tarefeiros.

O Responsável do Serviço efetua o planeamento e orçamentação do trabalho, de modo a possibilitar a distribuição das tarefas.

Após a receção das tarefas, a verificação do trabalho é efetuada pelo responsável do projeto, seguindo para o processamento e pagamento do serviço prestado, após autorização do Presidente do Conselho de Administração.

5.7 Não Conformidades

Qualquer não conformidade detetada implica o preenchimento de uma constatação na plataforma Uebe.Q em conformidade com o PQ. DQ. 002.